

===== **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E TRÊS DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E DEZANOVE:**=====

===== Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezanove, pelas nove horas e trinta minutos, no Auditório Diamantino Melo da Junta de Freguesia de Carregosa, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sob a Presidência de **Helena Maria Dinis dos Santos**, secretariada por **Manuel José Tavares Soares** – Primeiro Secretário e **Maria Isabel Santos Barbosa** – Segunda Secretária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:=====

1. **1º Período de intervenção do Público** =====
2. **Informações Gerais** =====
3. **Período de Antes da Ordem do Dia** =====
4. **Ordem do Dia** =====
5. **2º Período de intervenção do Público** =====

**Pontos da Ordem do Dia:**=====

===== **Ponto um:** Ata da Sessão Extraordinária de 15 de dezembro de 2018; Ata da Sessão Extraordinária de 25 de janeiro de 2019 – Aprovação; =====

===== **Ponto dois:** Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município – Apreciação; =====

===== **Ponto três:** Informação sobre a situação económica e financeira reportada a 30/06/2018 – Parecer da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (I/9007/2019) - Apreciação; =====

===== **Ponto quatro:** Relatório do Ambiente Acústico, 3.ª edição, anos de 2017 e 2018 (I/68078/2018) – Conhecimento e Apreciação; =====

===== **Ponto cinco:** Relatório anual de avaliação da atividade da CPCJ, relativo ao ano 2018 – Apreciação; =====

===== **Ponto seis:** Proposta da segunda alteração à Área de Reabilitação Urbana do Centro de Oliveira de Azeméis (I/78119/2018) – Aprovação; =====

===== **Ponto sete:** Minuta de Contrato Interadministrativo de apoio Financeiro com a Freguesia de Macieira de Sarnes (I/7607/2019) – Aprovação; =====

===== **Ponto oito:** Minuta de Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara (I/11149/2019) – Aprovação;=

===== **Ponto nove:** Minuta de Adenda (genérica) ao Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar com Freguesia / União de Freguesias (I/11191/2019) – Aprovação; =====

===== **Ponto dez:** “Relatório de Ponderação dos Resultados do Período de Discussão Pública” do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 a 6 do Artigo 89º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial-RJIGT) (I/8684/2019) – Aprovação; =====

===== **Ponto onze:** *Proposta de Reconhecimento de Interesse Municipal do Canil Intermunicipal da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria (CIAMTSM), que se localiza na Serra do Pereiro, freguesia de Ossela (I/10914/2019) – Aprovação;* =====

===== **Ponto doze:** *Descentralização - Quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais – Diplomas Setoriais: - Domínios de Proteção e Saúde Animal e de Segurança dos Alimentos, Educação, Cultura e Saúde - Para efeitos do art.º 21, do DL nº 20/2019, art.º 76º, do DL nº 21/2019, art.º 12º, do DL nº 22/2019 e art.º 28º, do DL nº 23/2019.* =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:**=====

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Bruno Armando Aragão Henriques, Luís Filipe Moreira da Silva de Bastos Oliveira, Bruno Miguel da Silva Costa, Cristina Maria Valente de Pinho, Raquel Marília Tavares Faria, Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, Pedro Luís Paiva Dias, Márcia Oliveira Gomes, João Pedro Santos Costa, Carla Sofia da Silva Brandão, Nuno Miguel Soares de Jesus, José Ramos da Silva, Simão da Costa Godinho, Bernardo Amaro Moreira Simões, António Marques Silva, Óscar José Santos Teixeira e Manuel Alberto Marques Dias Pereira.*=====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *Daniel Pinto Ferreira, Albino Valente Martins, Helga Alexandra Freire Correia, António Luís da Fonseca e Grifo, Domingos Baltar Ferreira de Oliveira, Ana Rita Costa Gomes, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, José Filipe da Silva Carvalho, António Ilídio Martins Godinho, Bruno Moreira Rodrigues, Liliana Marisa Pinto da Silva, José da Silva Queirós, José Rodrigues Santos, Florbela Neves da Silva e Anabela Ramalho Gama e Sousa.* =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** *Jorge Paulo de Melo Pereira, Maria Helena da Silva Moreira e Susana Clara Mortágua Gomes.* =====

===== **Independente:** *Augusto Moreira da Silva.*=====

===== *A Senhora Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes membros: Cristina Maria Valente Pinho que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido, José Manuel Marques Ribeiro; José Ramos da Silva que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido, Rosa Maria de Castro Rodrigues; Anabela Ramalho Gama e Sousa que marcou presença nesta Assembleia para substituir o senhor Presidente da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo – Manuel Rebelo da Costa; Daniel Pinto Ferreira que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido, Carlos Costa Gomes e Ana Rita Costa Gomes que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição.* =====

===== *A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início à Sessão declarando:* =====

===== *“Bom dia a todos. Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, Funcionários da Câmara Municipal que*

apoiam esta Assembleia, Comunicação Social aqui presente, público em geral, Oliveirenses e outros espetadores que nos assistem lá em casa, através da Azeméis FM e da Azeméis TV. Vamos dar início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, de 23 de fevereiro de 2019. Antes de mais, gostava de dirigir um cumprimento especial e um agradecimento à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa, Maria Helena Moreira, a quem passo a palavra.” =====  
 ===== “Muito bom dia a todos. Excelentíssima Presidente da Assembleia Municipal, Dr.<sup>a</sup> Helena Santos, senhores Secretários; senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores; senhores Deputados da Assembleia Municipal; senhores Presidentes de Junta; Carregosenses; Comunicação Social; excelentíssimos senhores. Os meus cumprimentos e manifesto desde já a minha satisfação pela vossa presença, é um gosto recebê-los em Carregosa. Carregosa é uma das “portas” da A32 rasgada pela EN 227 e pela EN 224, mas o que parece um sonho é muitas vezes um verdadeiro pesadelo. Na verdade a EN 227, na entrada para a zona industrial que insisto em denominar de nordeste, é palco recorrente de acidentes de viação e outras dificuldades diárias. Aguardo, expectante, que as obras em curso no referido troço possam minorar estas situações a bem da segurança dos utentes e do desenvolvimento económico desta vila e do nordeste. Cenário menos agradável é o que se vive na zona histórica de Carregosa desde o conhecido Café Maximino até à Igreja. Um casario de traça antiga, de rara beleza, rico em história e tradições constrangido pela EN 224. Uma via estrangulada, onde o acesso diário de camiões impede uma sã convivência entre os veículos e as pessoas. A zona histórica de Carregosa não tem vida, está morta. Todos os prédios estão devolutos de pessoas, bens ou negócios. Um conjunto de edifícios com atributos ímpares, a degradar-se de dia para dia, não há condições para investir com os constrangimentos do trânsito atual. Senhora Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, senhores Deputados: Carregosa é uma vila com potencialidades inigualáveis que não me canso de apregoar. Todavia, não podia deixar de vos transmitir o grito de alerta que há muito ecoa nesta vila. É urgente olhar para a zona histórica de Carregosa com os olhos da responsabilidade institucional e criar condições para que a história desta vila permaneça viva. Não se trata de falta de dinheiro, mas de vontade política de alterar um status quo asfixiante. Sendo meu apanágio apregoar os pergaminhos da nossa “Carregosa Viva”, não podia deixar de vos referir que esta vila plantada num ameno e fértil vale regado pelo Rio Ínsua, insisto Rio Ínsua, mantém um vasto património edificado e cultural. Aqui abundam as capelas, os cruzeiros e as quintas. As capelas de Nossa Senhora da Ribeira de Teamonde, da Nossa Senhora da Guia e de São Miguel em Azagães, e de Santo António em Silvares; As quintas de Santo António, do Padre Aguiar, da Costeira, da Póvoa e a Casa da Ínsua; Os cruzeiros de Teamonde, de Azagães e da Igreja. Mas, o que distingue e credencia esta freguesia, é sem dúvida o seu original Santuário de Nossa Senhora de Lurdes, situada no Parque da Quinta da Costeira – o primeiro consagrado à Nossa Senhora de Lurdes, em Portugal, inaugurado em agosto de 1902. Carregosa é uma freguesia com indústria, agricultura, lazer, equipamentos de ensino, equipamentos sociais, culturais, acessibilidades de

*relevo. Uma vila dinâmica, unida, coesa, que não dispensa a diversidade cultural dos seus lugares, o bairrismo e as suas tradições, onde se destacam as pessoas. Pessoas de coração grande e mãos abertas, com grande sentido e responsabilidade social. A todos os servidores democraticamente escolhidos, aqui presentes, quero apenas dizer: sintam-se em casa. Muito obrigada.*”

===== *Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====*

===== *“Obrigada senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa, Maria Helena Moreira, pela sua partilha histórica da freguesia e, claro, das suas inquietações acerca de aspetos que gostaria de ver melhorados e que certamente todos partilhamos dessas inquietações e dessas necessidades.” =====*

== **1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ==

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

=====**INFORMAÇÕES GERAIS** =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia apresentou o seguinte voto de louvor: “Os Grupos Municipais do CDS-PP, PSD, PS e Independente, propõem a aprovação de um voto de louvor, à empresa Ferpinta, S.A, fundada pelo Exmo. Comendador Fernando Pinto Teixeira, pelo mérito e a responsabilidade de liderar a Melhor Empresa Nacional do mercado da Metalomecânica e Equipamentos, distinguida recentemente pela Exame 500 Maiores e Melhores 2018. É uma honra para o Município de Oliveira de Azeméis, a excelência, o compromisso social e o investimento promovido por esta empresa no nosso território.” =====*

===== *A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o voto de louvor apresentado, sendo o mesmo admitido e aprovado por unanimidade. =====*

===== *Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====*

===== *“Quero informar todos os presentes e quem nos está a ouvir lá em casa que a seguir a esta sessão haverá uma Sessão Temática, à tarde, da responsabilidade do CDS e que vai acontecer nesta sala, a partir das 15 horas. Quero informar os elementos da Assembleia que irá circular uma folha para se inscreverem para o almoço e para podermos garantir os lugares que são necessários. Está toda a gente convidada a almoçar connosco como é habitual, e também como é habitual, cada um paga o seu. Não há mais informações para vos transmitir, assim vamos passar ao período de “Antes da Ordem do Dia” e eu pedia aos líderes das Bancadas que me fizessem chegar as inscrições para o PAOD, se faz favor.” =====*

=====**PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (Art.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== *A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início ao período de “Antes da Ordem do Dia”, concedendo o uso da palavra à Deputada **Ana Rita Costa**, do PSD. =====*

===== *“Cara senhora Presidente e Secretários da Mesa da Assembleia; Caro senhor Presidente da Câmara e restantes membros do Executivo; Caros deputados desta Assembleia; Comunicação Social e demais presentes. Em fevereiro de 2018 podia ler-se na comunicação social que segundo o atual executivo, os trabalhos de requalificação do Cineteatro Caracas*

*iriam arrancar no segundo semestre de 2018. Há cerca de um ano atrás, eu mesma tentei averiguar sobre a possibilidade de reservar a sala de espetáculos para uma exposição em setembro pelo que me foi dito que nessa altura a sala estaria fechada para os trabalhos de requalificação. Um ano depois, não só os trabalhos não começaram como não se conhece a sua data de início, tendo sido já anunciado o programa para o “Ciclo de Primavera” deste ano. O atraso no início dos trabalhos significa que a sala não estará aberta ao público no prazo anunciado de 18 meses e que iria coincidir com o início de 2020, como prometido aos Oliveirenses. A mesma situação pode verificar-se com o edifício da antiga Garagem Justino, onde a data para as obras anunciadas para o presente ano ainda não é conhecida. Neste sentido, gostaríamos de saber se já existe uma data prevista e o porquê do longo atraso no arranque destas obras. A Bancada Parlamentar do PSD gostaria ainda de sugerir que as reformulações não fossem feitas apenas ao nível dos espaços físicos, mas que fosse realizada também uma reestruturação da programação apresentada à população Oliveirense. Parece-nos de extrema importância a construção de uma estratégia ao nível cultural com critérios rigorosos e bem definidos que possam acompanhar ou até superar o sucesso das iniciativas culturais das cidades vizinhas como S. João da Madeira ou Estarreja. Os municípios de Oliveira de Azeméis não procuram apenas os parques urbanos das cidades limítrofes, com frequência vemos os Oliveirenses a procurarem as agendas culturais da Casa da Criatividade, Paços da Cultura ou do Cine-Teatro de Estarreja. Num artigo do jornal A Voz de Azeméis, sobre o balanço de 2018 do Cineteatro Caracas e da Galeria Tomás Costa, pode ler-se uma citação da vereação do executivo que afirma “temos que fazer um percurso na captação de públicos quando a sala abrir”. Parece que quando a sala abrir já será tarde demais para desenvolver um estudo que permita identificar quais as preferências dos Oliveirenses, quais as tendências nas salas de espetáculo de referência e para delinear uma estratégia com critérios para a criação de uma identidade cultural local. O que nos parece, é que este é o tempo certo para determinar uma estratégia cultural e tornar Oliveira de Azeméis num concelho atrativo culturalmente, quer pelas infraestruturas físicas, quer pela qualidade e variedade dos espetáculos apresentados. Muito obrigada pela vossa atenção.”* =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **João Costa**, do PS. =====

===== “Obrigado senhora Presidente. Antes de mais muito bom dia a todos, sintam-se todos cumprimentados na pessoa da senhora Presidente da Assembleia Municipal, Dra. Helena Santos. O tema que hoje trago a esta Assembleia são os mecanismos de participação, nomeadamente, ao dispor da comunidade escolar Oliveirense, das nossas escolas. Começo desde já por fazer uma análise àquilo que temos, para que depois possamos refletir todos juntos, como começou a ser apanágio, a partir de outubro de 2017. Primeiro mecanismo: em 2007 criamos o projeto “Políticos de Palmo e Meio”, com o intuito de colocar os alunos do 4º ano de escolaridade a participar - dotação orçamental zero euros, zero cêntimos; Em 2017, Orçamento Participativo das escolas nacional, destinado aos alunos do 3º ciclo e secundário, dotação

orçamental de €1 por aluno, com valor mínimo a transferir de €500,00 por escola; Em 2017, Orçamento Participativo das escolas, municipal, projeto sobre o qual tive oportunidade de estar na inauguração, ainda como estudante do ensino secundário e pelo qual escuso de argumentar os objetivos do projeto, dotação orçamental €5 000,00 por agrupamento, num valor total de €25 000,00 distribuídos pelos nossos cinco agrupamentos. Posto isto, na sessão de 30 de junho, em S. Roque, todos nós aprovamos por unanimidade, a criação de uma Assembleia Municipal Jovem e sobre a qual, o Grupo Municipal do Partido Socialista então sugeriu: ter um orçamento próprio; ter pelo menos duas sessões ordinárias; contemplar todos os ciclos de escolaridade adicionando assim o 6º ano de escolaridade ao já contemplado 4º, 8º e 11º ano de escolaridade. Senhor Presidente, precisamos, hoje, no que diz respeito à participação cívica e no momento em que precisamos de credibilizar a política, precisamos que estes projetos sejam consequentes, que valorizem a participação e que não sejam meras candidaturas a necessidades correntes da nossa comunidade escolar. Pode garantir a esta Assembleia que a Assembleia Municipal Jovem será uma realidade no próximo ano letivo? Permitam-me, só para concluir, que sugira, e tendo em conta uma das intervenções do senhor Vereador da Educação numa das reuniões de Câmara, a criação de um Orçamento Participativo municipal. Também concordo senhor Vereador que os Oliveirenses precisam de participar, não só de 4 em 4 anos quando vão legitimamente votar no partido pelo qual acham que os devem representar, mas devemos, e como a Democracia deve ser maturada todos os dias, devemos pelo menos simbolicamente, em Oliveira de Azeméis, ter um mecanismo de participação todos os anos, para todos os Oliveirenses que se predisponham a participar. Muito obrigado.”

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Jorge Melo**, do CDS/PP. =====

===== “Excelentíssima senhora Presidente da Assembleia Municipal, senhores Secretários. Senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores. Membros desta Assembleia Municipal, senhores Presidentes de Junta, Carregosenses e todos aqueles que nos ouvem na Comunicação Social, através da Azeméis FM e Azeméis TV. Bem-vindos a Carregosa, bom dia a todos. Carregosa, vila desde 13 de julho de 1990, terra que me batizou no mesmo dia em que nasci. É um enorme orgulho poder dizer que também sou Carregosense. Terra esta em que as suas origens remontam ao séc. X pelos documentos datados do ano de 922, mesmo antes da fundação da nação portuguesa. Topónimos como “Villa de Zagães” e “Casalia” demonstram a herança deixada nesta terra pelos povos Celtas e Romanos. Assim como o topónimo Teamonde, este comprova a fixação do povo bárbaro germânico, após a queda do Império Romano Ocidental, em 476. Esta vila, plantada num ameno e fértil vale regado pelo Rio Ínsua, onde a agricultura era das atividades mais predominantes, vislumbra-se também um vasto património edificado e cultural, como as capelas, os cruzeiros e as quintas. Mas, o que a distingue para além destas quintas, das capelas que já foram referidas aqui pela senhora Presidente de Junta - Helena Moreira, o que distingue e credencia esta freguesia é, sem dúvida, o seu original Santuário de Nossa Senhora de Lurdes, situado no Parque da Quinta da Costeira, o primeiro

*consagrado a Nossa Senhora de Lurdes, em Portugal. A indústria desta região baseia-se na metalurgia e é de salientar que nesta terra nasceu a arte da latoaria, que veio mais tarde a expandir-se para Vale de Cambra e Cesar. Terra de povo empreendedor, aqui em Carregosa estão sediadas duas empresas de grande relevância a nível nacional, pela sua qualidade e liderança nos seus sectores de atividade. Carregosa tem de facto dinâmicas e muito potencial para um crescimento sustentável, onde a qualidade de vida dos seus moradores terá de ser aprimorada. Tem um nó de ligação a uma autoestrada na entrada da vila, mas ainda muito pouco capitalizada. Está inserida no seu território uma zona industrial designada do Nordeste. O CDS já alertou anteriormente o executivo municipal em face do Plano Plurianual de Investimentos e do Orçamento para 2019, muito pouco para não dizer mesmo nada, está previsto para a requalificação desta área tão importante não só para Carregosa, mas também para as Vilas de Fajões e Cesar. Temos empresas de grande importância nesta terra que estão quase no limiar da sua expansão local, visto não estarem reunidas condições de infraestruturização adequadas à sua escala. Uma delas já deslocou inclusive parte das suas instalações para o município vizinho. Senhor Presidente: urge dotar esta zona industrial do Nordeste com condições condignas para a implementação de novas empresas, mas acima de tudo dar condições às que já cá estão, pois são essas que garantem a subsistência da economia local e social. Carregosa necessita urgentemente de ser também intervencionada no que diz respeito a algumas ruas de grande sobrecarga rodoviária, como exemplo a rua que liga o centro da Vila de Carregosa ao Lugar de Teamonde. Até parece que Teamonde pertence a Vale de Cambra. É urgente também e de uma vez por todas, planificar e definir os limites da freguesia de Carregosa no Lugar de Teamonde, com a freguesia do concelho vizinho e pôr fim à pouca vergonha de, na mesma casa, o marido pertencer a Vale de Cambra e a esposa pertencer a Oliveira de Azeméis. Onde é que isto já se viu? Até me questiono: Será isto um caso de adultério? Carregosa tem aproximadamente 3.500 habitantes, com uma densidade populacional na ordem dos 290 habitantes/km<sup>2</sup>, mas segundo os censos dos últimos anos, constata-se uma tendência do município, em geral, aliás o Relatório do Ordenamento do Território assim o comprova, de um decréscimo populacional, o que implica também o abandono das terras e casas na freguesia. Carregosa vive essa realidade e isso mesmo reflete-se na degradação da malha urbana do centro da vila. Senhor Presidente, é também urgente equacionar em contrariar esta triste realidade. Hoje, iremos aprovar nesta Assembleia mais uma alteração da ARU da cidade de Oliveira de Azeméis, ARU essa que privilegia a recuperação do edificado e também dos arruamentos, edifícios públicos, etc., contemplando benefícios fiscais para os proprietários dos imóveis degradados a necessitarem de obras. E as freguesias? Podem ou não ter a mesma oportunidade? Uma das soluções para Carregosa poder contrariar a desertificação e degradação do seu centro urbano antigo, seria passar por ser contemplada com uma ARU (Área de Reabilitação Urbana), que permitisse a recuperação da sua área central antiga e devolver a dignidade a este espaço. Fica aqui o desafio, os Carregosenses agradecer-lhe-ão. Carregosa tem também uma grande mancha florestal no seu território, a Serra de Ínsua, toda a mancha florestal envolvente da zona*

*industrial do Nordeste e a mancha florestal que vai desde Vila Cova de Perrinho (Vale de Cambra) até ao concelho vizinho de Arouca. Áreas florestais de grande importância para o equilíbrio ambiental da freguesia, mas que à semelhança do universo do município, se encontram sem qualquer defesa contra incêndios adequada. Neste capítulo, a Junta de Freguesia de Carregosa tem como aspiração a criação da unidade local de Proteção Civil de forma a ser mais um instrumento como equipa de voluntários a zelar pela segurança do seu povo mas, como sabe senhor Presidente, para a mesma ser constituída, primeiro terá de dar cumprimento à legislação em vigor, nomeadamente a Lei n.º65/2007, de 12 novembro no seu art.º 3º, que diz e passo a citar: “1- Em cada município existe uma comissão municipal de proteção civil (CMPC), organismo que assegura que todas as entidades e instituições de âmbito municipal imprescindíveis às operações de proteção e socorro, emergência e assistência previsíveis ou decorrentes de acidente grave ou catástrofe se articulam entre si, garantindo os meios considerados adequados à gestão da ocorrência em cada caso concreto.” No seu art.º 8º, no que diz respeito às unidades locais de proteção civil diz e passo a citar: “Em função da localização específica de determinados riscos, a comissão municipal de proteção civil pode determinar a existência de unidades locais de proteção civil de âmbito de freguesia, a respetiva constituição e tarefas.” Senhor Presidente, faz precisamente amanhã um ano que se realizou, na Junta de Freguesia da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz a sessão temática desta Assembleia Municipal sobre o tema “A Proteção Civil Municipal” onde foram apontados caminhos concretos para que este executivo possa exercer a sua atividade de Proteção Civil dentro da lei e acima de tudo, garantindo a segurança dos seus munícipes. Pergunto eu, senhor Presidente: O que é preciso fazer mais para que estejamos a cumprir com os preceitos legais que se impõem numa área tão importante e sensível, com consequências conhecidas por todos nós, nestes últimos anos? Em setembro do ano passado, Oliveira de Azeméis teve o maior incêndio de Portugal ocorrido nesse dia. Tudo correu normal dentro da anormalidade. Pois questiono: Como foram articulados os meios ao nível municipal? Existiu essa coordenação? E como seria ativado o Plano Municipal de Emergência caso se imperasse, sem ter a Comissão Municipal de Proteção Civil ainda instalada? Pois é este órgão quem legitima a sua ativação. Correu bem, não houve vítimas a assinalar. No nordeste do município, o agente de Proteção Civil mais preponderante é sem dúvida a Corporação de Bombeiros de Fajões que garante a assistência a esta vila. Pode dizer-nos aqui, senhor Presidente, se esta corporação está a ser bem apoiada por parte da Câmara Municipal, de forma a que esta consiga responder prontamente às necessidades e exigências da sua população e aos riscos, quer naturais, quer tecnológicos existentes? Por último senhor Presidente, interrogo se nos sabe dizer qual o ponto de situação da CIV Ambulância de Suporte Imediato de Vida a instalar no Hospital de S. Miguel, uma vez que este executivo já mostrou interesse na sua instalação, assim como a direção da Administração do Hospital de Entre o Douro e Vouga, faltando apenas por parte do INEM, a concretização da sua instalação, e como sabe, prevista em lei desde 2013. Ambulância esta que servirá não só os utentes deste município, como do concelho vizinho. Muito obrigado.”=*

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Albino Martins**, do PSD. =====

===== “Bom dia, senhora Presidente da Assembleia Municipal. Na pessoa de Vossa Excelência, pretendo saudar de uma só vez todos os presentes em mais esta sessão descentralizada do órgão deliberativo municipal. Nesta saudação permitam-me que individualize apenas a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa e na sua pessoa, todos os carregosenses. Senhor Presidente da Câmara: na última sessão desta Assembleia aprovámos a autorização para a locação financeira com vista à aquisição de um novo autocarro municipal. Explicou então o senhor Presidente que o novo autocarro se destinava a suprir uma necessidade de transporte para crianças, uma vez que tinha expirado o prazo legal de utilização de um destes veículos para estas idades. Na sequência dessa aprovação, pretendo saber o seguinte: Quantos autocarros grandes e pequenos tem o município presentemente em serviço? Vai o município proceder à venda ou abate de alguma destas viaturas? Quantos motoristas habilitados para o transporte de passageiros existem no quadro municipal ou a prestar serviço nestas funções? Caso esteja na posse dessas informações, gostaria ainda de perguntar: Qual o número médio de quilómetros mensais percorridos por cada autocarro municipal? Admitindo que, de momento, não tenha disponível esta informação, pergunto-lhe qual a utilização diária ou semanal destas viaturas. Muito obrigado senhor Presidente pelas informações que lhe seja possível fornecer.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal** para dar resposta às intervenções anteriores. =====

===== “Muito bom dia. Senhora Presidente da Assembleia Municipal, senhores Secretários, senhores Vereadores, caros colegas. Senhores Deputados municipais, senhores Presidentes de Junta, de uma maneira muito especial a senhora Presidente de Junta de Freguesia de Carregosa. Muito obrigado pelo seu acolhimento, tomei boa nota das suas recomendações que, aliás, não deixam de ser uma repetição de uma conversa que tivemos há dois ou três dias atrás. Cumprimentar também os funcionários da autarquia aqui presentes, a Comunicação Social, os Carregosenses que nos quiseram honrar nesta Assembleia com a sua presença e naturalmente cumprimentar todos aqueles que nos acompanham lá de casa nesta sessão da Assembleia Municipal. Eu começaria então por dar resposta à senhora deputada **Ana Rita Costa**, dizendo-lhe que, efetivamente, tem havido atrasos no início das obras do Cineteatro Caracas. Isto deve-se ao facto dos projetos serem de grande complexidade. O que acontece é que os projetos de especialidade que estavam por fazer são muito técnicos, ligados às mecânicas de cena, ao áudio, ao vídeo e portanto, todos esses projetos tiveram que ser desenvolvidos e também o próprio projeto de arquitetura e engenharia civil que foi alvo de um conjunto de reformulações, sobretudo de natureza interna porque aquilo que estava previsto no anteprojecto, era praticamente a criação da impossibilidade de um conjunto de espetáculos se realizarem com o palco que estava previsto e com aquela boca de cena. Houve necessidade de reformular toda a disposição interna que estava prevista, a organização das próprias cadeiras, no sentido de não

*perdermos um número tão acentuado de cadeiras, porque o projeto apontava para 420/430 cadeiras. Havia a necessidade de avançarmos para o número de 499 cadeiras. Era esse o número de cadeiras que legalmente nos permitia dar resposta a um conjunto de condições, sobretudo condições ao nível das exigências de segurança para o espaço. O atraso tem a ver com isso. O procedimento concursal foi lançado, o valor base foi de 4,5 milhões de euros. Tivemos apenas um concorrente, dos vários que concorreram, a encaixar-se nesse valor. Aquilo que esperamos é que muito rapidamente, terminado o prazo de audiência de eventuais reclamações, possamos dar seguimento ao auto de consignação da obra, depois do candidato vencedor apresentar os documentos de habilitação e o mais rapidamente possível nós avançarmos com a execução das obras. Este é o ponto de situação em relação ao Cineteatro Caracas. Em relação à antiga Garagem Justino: estamos a formalizar o processo de aquisição do equipamento. Portanto, não fará sentido estarmos a falar neste momento em realização de obras. Ainda não temos o visto do Tribunal de Contas, estamos a aguardar que esse visto seja concedido para que se formalize a escritura, e a partir daí poderemos pensar seguramente em intervir no equipamento. Como é óbvio, não fazemos projetos para coisas que não são nossas, como reiteradamente tem vindo a ser sugerido. Não é essa a metodologia normal. A metodologia normal é, na posse das coisas, desenvolvermos os projetos e os programas funcionais que pretendemos para os espaços, e é isso que também vai acontecer com a Garagem Justino. Em relação à programação cultural: é evidente que a programação cultural, não vamos começar a fazê-la depois de abrirmos os equipamentos. Vamos ter este espaço de tempo que resulta do processo de requalificação para criarmos uma estrutura, um conjunto de recursos humanos, uma equipa, que naturalmente dará resposta às exigências completamente diferentes que aquele equipamento requalificado exigirá. Naturalmente que depois procuraremos ter uma equipa que dê respostas integradas não só para o Cineteatro Caracas, mas para a Garagem Justino e para todos os equipamentos que tenhamos instalados na cidade, e até no concelho. Naturalmente que a programação cultural é uma das nossas preocupações. Nós sabemos que a cultura é uma indústria, é um fator importantíssimo para a atração e fixação de pessoas. Sabemos que esse é um vetor estratégico de atuação e estamos claramente atentos e empenhados em fazê-lo. Este trajeto, é um trajeto que foi feito por muitos municípios já há alguns anos atrás, um trajeto que foi seguido de maneira mais determinada, não só sobre o ponto de vista da programação, mas também da requalificação dos equipamentos que permitem concretizar essa programação. Estamos agora a iniciar esse percurso, vamos um pouco atrasados. Aquilo que teremos que fazer, é recuperar o tempo perdido. Deixo aqui uma nota que acho que é curiosa: quando refere que os Oliveirenses procuram espaços verdes nos concelhos vizinhos para além dos espaços/equipamentos culturais. Eu fico muito satisfeito por ver esse reconhecimento, porque ao fim e ao cabo, válida a aposta estratégica que nós fizemos na criação de um parque urbano, porque aquilo que queremos, é que tenham respostas no seu território e não tenham que as procurar em territórios vizinhos. Em relação à intervenção do senhor deputado **João Costa**: a questão do Orçamento Participativo, é uma questão extraordinariamente importante, que nos*

levaria aqui a uma discussão, seguramente temática para uma Assembleia Municipal. Naturalmente que eu não vou discutir aqui o Orçamento Participativo Nacional. Vamos falar do Orçamento Participativo Municipal: Eu sou daqueles que acham que quanto mais os cidadãos forem envolvidos no processo de decisão mais se sentem corresponsabilizados nos processos, mais se sentem envolvidos nos processos e acabamos ao fim e ao cabo por resultar dessa corresponsabilização em termos não só de um aprofundamento da própria democracia, mas a credibilização daquilo que é o exercício da atividade política. É muito importante que tenhamos essa capacidade e essa disponibilidade que é reveladora da nossa maturidade democrática, de partilharmos com os nossos cidadãos, com os nossos consignatários, a nossa ação, de partilharmos com eles também o processo de decisão. Devemos fazê-lo de forma desprendida, de forma natural, de forma comprometida, porque seguramente todos ficaremos a ganhar. É evidente que nós em Oliveira de Azeméis temos feito algum caminho, algum percurso nessa matéria. Este Orçamento Participativo das escolas que ainda não conseguimos concretizar, dos €25 000,00 atribuídos, há dois projetos que já foram concretizados e que têm a ver com os tablets para a Escola Secundária Ferreira de Castro, os videoprojetores e os ecrãs, para a Escola do Picoto. Faltam três intervenções em três escolas que estão incluídas agora no mapa de intervenções que vai ser lançado a concurso. Aquilo que vamos fazer e naturalmente não nos vamos limitar aos projetos que resultaram desse Orçamento Participativo, e enquadrá-los apenas nos €5.000,00, vamos gastar nesses projetos, em alguns casos, mais do dobro do que a verba que estava disponibilizada. Obviamente o que interessa é a ideia que nos foi apresentada e a verificação da necessidade. Verificada a necessidade, nós temos que fazer a intervenção que é necessária fazer. Aquilo que lhe posso garantir, é que vamos ter a Assembleia Municipal Jovem. Garanto-lhe que vamos procurar que o exercício da participação não se resuma a determinada faixa etária, a determinado tipo de população. Aquilo que é importante, é estender a participação a toda a população Oliveirense. É esse o caminho que estamos a fazer, estamos a fazê-lo ainda de forma embrionária, enfim, aquele desafio que fazemos através do “Whatsapp” e que é dirigido a consumidores mais digitais, é um exemplo. Quando nós colocamos às pessoas a possibilidade, ou quando as questionamos sobre o que preferem em termos de um conjunto de investimentos, se é um campo de ténis, se é um campo de futebol, ou se é um campo de basquetebol, as pessoas escolheram um campo de basquetebol, e nós implementamos. A seleção dos concertos da “FanZone”, por exemplo, é também uma forma de levarmos os cidadãos a participarem. Naturalmente que é preciso, é necessário, é desejável, que se aprofunde muito mais este processo de participação das pessoas, que não tem que resumir-se à elencagem de um conjunto de prioridades de investimento para o município. É muito importante que para além disso, nós desafiemos as pessoas para refletirem connosco sobre as soluções que são necessárias implementar para resolver os nossos problemas coletivos. Esse é o maior desafio da participação cívica dos cidadãos naquilo que é a decisão política e que tem que ser uma participação ativa, regular, e não uma participação circunscrita a determinados programas limitados no tempo. O conceito de participação cívica é muito mais amplo do que este. A questão

da participação dos cidadãos tem que ser bem mais ampla do que resumirmos isto a uma ou duas iniciativas por ano, a um ou dois Orçamentos Participativos, temos que fazer um percurso substancialmente mais relevante do que este. Em relação à intervenção do deputado **Jorge Melo**: colocou aqui um conjunto vastíssimo de questões. Zona industrial de Nordeste, nada está previsto para a requalificação desta área: Estão previstos €500.000,00 no Plano Plurianual de Investimento, é uma verba substancial, é uma verba generosa. Digamos que é a verba mais expressiva de intervenção nas nossas zonas industriais, mas o problema, não é um problema desta zona industrial. É um problema de todas as zonas industriais do concelho. Todas as zonas industriais do concelho, até a última, a mais recente – Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro - precisa de requalificação. Requalificação ao nível da rede viária, requalificação ao nível da rede de água e saneamento, ao nível de Internet de última geração, ao nível da sinalética, ao nível dos acessos. Enfim, há aqui um conjunto de necessidades que eu diria que são comuns a todas as nossas zonas industriais. Portanto, a zona industrial do Nordeste (Cesar, Carregosa, Fajões, para que nos situemos) não é, digamos, estranha, não é, digamos, indiferente a esta necessidade, estamos atentos a isso. É evidente, e não preciso explicar isso senhor deputado, as verbas que estão inscritas como sabe são recorrentemente encolhidas, porque não permitem incorporar os saldos de gerência e, portanto, somos obrigados a adaptar as verbas inscritas àquilo que são as disponibilidades. Muito recentemente reunimos uma equipa na autarquia, fizemos um planeamento, e vão ser feitos um conjunto de investimentos substanciais em todas as zonas industriais do concelho, começando naturalmente pela rede viária. Estamos atentos às zonas industriais. Estamos atentos às necessidades de dar respostas aos nossos empresários, porque efetivamente este concelho tem esta marca industrial, esta marca de um tecido económico pujante que importa continuarmos a dignificar. Em relação à rede viária, citou o exemplo da ligação do centro da freguesia a Teamonde: não tenho nada a dizer sobre isto. O estado da nossa rede viária é conhecido por todos. As necessidades de investimentos avultadíssimos para a sua requalificação, são conhecidos por todos. É evidente que aquilo que temos que fazer, face à impossibilidade de acorrer a todas as necessidades ao mesmo tempo, é definir prioridades, selecionar prioridades. As nossas prioridades, claramente, vão para as zonas industriais que temos dispersas pelo nosso concelho, vão para as prioridades que foram indicadas pelos senhores e senhoras Presidentes de Junta de Freguesia e vão para aquilo que nós consideramos vias estruturantes. Nós temos um plano que dividimos precisamente neste tipo de categorias. Temos alocadas verbas sem paralelo naquilo que tem sido as intervenções na rede viária. Já em 2019 vamos ter um investimento substancial na rede viária, mas aquilo que nós fizemos foi projetar esse investimento até para além deste mandato. Aquilo que fizemos, foi planeamento a médio prazo para investimento na rede viária de forma a que possamos ter um planeamento que permita a requalificação da rede viária, mesmo que ela não se encontre completamente degradada como hoje acontece, porque aí é preciso uma requalificação integral que é sempre muito mais custosa do que as operações regulares de manutenção a que as vias devem ser sujeitas. Os limites da freguesia de Carregosa: já falamos, já tivemos várias reuniões

com o executivo da Junta de Freguesia de Carregosa, onde tivemos oportunidade de falar sobre esta matéria. Temos internamente, a senhora Arq.<sup>a</sup> Maria Emília e o senhor Eng.<sup>o</sup> Carlos Ferreira, que contactaram muito recentemente o executivo da Junta de Freguesia de Carregosa para trabalharem neste processo. Naturalmente que aquilo que importa perceber é que vamos reclamar aquilo a que temos direito. Estamos a fazer esse trabalho. É um trabalho que se socorre muito do conhecimento e da experiência do senhor Diamantino Melo em todo este processo e do seu envolvimento. Aquilo que nós esperamos é repor a justiça e naturalmente não é do nosso agrado que numa mesma casa tenhamos um casal que vive em duas freguesias distintas, percebendo que essa caricatura apenas visa alertar para a estranheza do facto. Mas aquilo que importa é que nós estamos a perder população, estamos a perder equipamentos para a Câmara Municipal de Vale de Cambra em resultado dessa definição dos limites da freguesia de Carregosa no Lugar de Teamonde e, portanto, nós vamos trabalhar nisso. Se for possível, naturalmente reverter esse processo, se for possível redefinir os limites tal e qual eles devem ser, no nosso entendimento, vamos fazê-lo. Perda de população, requalificação da zona histórica: o problema da perda da população é um problema que existe em todo o concelho. É um problema que existe em todo o país e até na Europa. Portanto, esse é um problema complexo, naturalmente que há um conjunto de medidas que podem ser promovidas. O nosso apoio à natalidade que nos consome cerca de €120 000,00 por ano em termos do investimento que fazemos no apoio à mesma. É uma medida, mas é uma medida pontual. Portanto, é preciso resolver isto de maneira mais estrutural. Os territórios têm que desenvolver outro tipo de mecanismos para, por um lado fixar os locais, porque estamos a perder muita população que se desloca para outros concelhos vizinhos, e também para grandes centros urbanos onde as pessoas desenvolvem o seu percurso formativo e acabam por ficar nesses centros urbanos que têm outras oportunidades, enfim outro tipo de respostas que nós ainda não conseguimos construir nos nossos territórios. Mas obviamente que podemos dar alguns passos, e a criação da ARU é um desses passos. Ao definirmos uma área de reabilitação urbana e criando um conjunto de mecanismos de incentivos fiscais à reabilitação do edificado, naturalmente que damos um conjunto de contributos para a dinamização comercial, habitacional e social das próprias zonas. Agora, não se faz uma ARU por duas ou três casas. É preciso haver um acervo patrimonial e histórico de alguma relevância, de alguma continuidade nesse acervo para que se justifique a criação de uma ARU, porque o instrumento não visa dar respostas locais de reabilitação a dois ou três equipamentos. Importa que o conjunto do acervo a incluir nessa área de reabilitação urbana seja reconhecidamente importante e tenha a dimensão para que essa área de reabilitação urbana se crie. Estamos disponíveis para estudar essa possibilidade com a Junta de Freguesia de Carregosa, ou com qualquer outra Junta de Freguesia, porque nós também temos na Bemposta um acervo patrimonial muito importante, em Cucujães, e também temos muitos outros patrimónios que importa proteger para além deste património edificado que são os nossos patrimónios naturais das freguesias de Ossela e Palmaz. Digamos que há aqui um conjunto de ARU's não de reabilitação urbana, mas de reabilitação ambiental, uns "ARA's", digamos assim. Há um

*percurso muito grande a fazer nessa matéria, mas se a Junta de Freguesia quiser discutir conosco essa possibilidade, nós naturalmente estaremos disponíveis para o fazer. Estaremos disponíveis para equacionar a sua viabilidade, e caso seja viável, concretizar esta vossa pretensão. Em relação à Proteção Civil e à vontade de criação nesta freguesia de uma unidade local de Proteção Civil: é evidente que teremos sempre possibilidade, quando fazemos as nossas intervenções, seja em que área for, de elencar um conjunto de coisas que estão por fazer. Efetivamente está muita coisa por fazer na área da proteção civil no nosso concelho, eu nunca o neguei. Enquanto essa situação se mantiver, eu vou continuar a manter este registo de coerência e de reconhecer aquilo que é uma evidência, mas isso não significa que eu reconheça que nada tem sido feito, porque efetivamente tem sido feito muita coisa. No ano de 2018, ao nível da criação de pontos de água, ao nível de caminhos florestais, ao nível da limpeza das faixas de gestão de combustível foram investidas muitas centenas de milhares de euros. Portanto, esse caminho foi feito. É evidente que as respostas de proteção civil, como eu tenho dito também, são em grande parte suportadas pelas nossas duas corporações de Bombeiros. Se me pergunta se os Bombeiros Voluntários de Fajões estão tecnicamente bem equipados, eu posso dizer-lhe que sim, porque têm dado uma resposta extraordinária que tem permitido a resolução dos nossos problemas, mesmo quando estamos confrontados com incêndios de grande extensão e de grande gravidade, como ocorreram no ano passado. Portanto, os nossos Bombeiros têm sabido dar resposta, têm sabido criar as condições técnicas de formação de recursos humanos que lhes permitam responder às muitas ocorrências e nos mais variados domínios que vão tendo. É evidente que o processo de proteção civil exige planeamento, exige método, mas mesmo com planeamento e método o próprio país tem tido dificuldades em dar respostas e por isso é que nós assistimos a tragédias. Digamos que todos tendo consciência da importância de fazer este caminho, é nossa obrigação coletiva criar condições para que isso aconteça. Da parte do município, essa é uma preocupação. Estamos claramente a procurar adquirir conhecimentos, adquirir competências nessa matéria. Estamos preocupados em fazer esse percurso. Queremos naturalmente cumprir a lei como é evidente, embora tenhamos que cumprir a lei ao nível da limpeza das faixas de combustíveis e não conseguimos fazer, reconhecemo-lo aqui sem qualquer problema. Aquilo que nós podemos aqui garantir aos senhores deputados, e a quem nos está a acompanhar lá de casa, é que confiamos integralmente no trabalho, na capacidade, na competência e na prontidão das nossas duas Corporações de Bombeiros e também em todas as entidades que fazem parte da nossa Comissão Municipal de Proteção Civil. Nós temos tido, felizmente, capacidade para nos articularmos, capacidade para trabalharmos em rede e capacidade para, sempre que é necessário, dizermos presente e darmos resposta àquilo que têm sido os incidentes que têm acontecido no nosso concelho. Eu percebo que sendo o Jorge Melo um especialista nesta matéria, que este assunto seja um assunto que lhe é querido, eu percebo e compreendo a recorrência com que nos alerta para isto. Acredito que esta é uma preocupação que nós de forma séria temos no nosso quotidiano e acredite que estamos a trabalhar para criarmos essas condições. Não com o objetivo de “esvaziar” o discurso, mas com o objetivo de*

*termos criadas as condições para termos uma proteção civil de grande qualidade no nosso território. Em relação à ambulância de suporte imediato de vida: como disse, o INEM tem que concretizar a sua instalação e tem que cumprir a lei. É apenas e só disso que se trata. Eu já tive oportunidade de officiar a tutela sobre esta exigência de cumprimento da lei. Até ao momento isso não foi possível, não existem ambulâncias disponíveis. Aquilo que esperamos é que numa próxima “tranche” de disponibilização destas ambulâncias, Oliveira de Azeméis seja contemplada vendo-se assim cumprida a lei. Em relação à intervenção do Prof. **Albino Martins** sobre o autocarro municipal: nós temos neste momento quatro autocarros, dois pequenos e dois grandes. Um dos pequenos é muito antigo, o outro mais recente, depois temos dois grandes com mais de dezasseis anos. Não estamos a comprar um autocarro para transportar crianças, nós estamos a comprar um autocarro novo porque nenhum dos autocarros que temos permite o transporte de crianças. Naturalmente a sua atividade será muito mais abrangente do que o transporte de crianças. Temos neste momento dois motoristas, portanto dois funcionários aptos para a prestação desse serviço. Vamos em hasta pública alienar duas viaturas e vamos ficar com duas viaturas novas e uma de reserva, porque faz sentido quando tivermos, enfim, necessidade de operações de manutenção, quando tivermos algum problema com alguma das viaturas, não ficarmos sem esse tipo de recursos. Eu próprio tenho alguma dúvida sobre o percurso que devemos seguir nessa matéria. Seria interessante perceber se faz sentido termos essa capacidade de resposta internalizada ou externalizada. Perceber se faz sentido adquirirmos viaturas e termos criadas internamente um conjunto de respostas para satisfazermos esse tipo de necessidades a nível de mecânicos, enfim, do consumo de peças, ou se faria sentido olharmos para este problema com toda a atenção e perceber se, eventualmente, contratando esses serviços a privados, teríamos uma resposta muito mais efetiva. Hoje o que acontece é que atribuímos três viagens por instituição mas o que acontece, é que muitas vezes as instituições quando precisam os autocarros estão ocupados e, portanto, não temos a possibilidade de satisfazer os pedidos das mesmas e elas quando pedem é porque precisam efetivamente para aquele dia e terão necessariamente que arranjar uma solução. Se, eventualmente, tivéssemos este serviço contratado poderíamos dar resposta a todas as solicitações que nos aparecessem, desde que dentro deste quadro de limitação de três transportes por instituição. Essa é uma situação que, enfim, a todo o momento, poderemos analisar e poderemos trabalhar. É um trabalho que tem que ser feito, e para isso nós temos que perceber com muito cuidado aquilo que acontece. É importante perceber qual é o tempo de utilização diário desses autocarros, porque aquilo que acontece à semelhança das nossas viaturas particulares é que uma boa parte do dia, esses autocarros estão parados, ou seja, eles fazem transportes diários de crianças, mas fazem-no em curtos períodos (uma ou duas horas) e depois ficam parados. Isso acontece também muitas vezes com os transportes que fazemos para alguns locais, mas no caso concreto da autarquia, quando fazemos esse transporte, o funcionário da autarquia fica à espera dos miúdos para os trazer de volta, enquanto um privado, eventualmente, poderia prestar outro tipo de serviços nesse tempo de pausa – a rentabilidade é completamente diferente para o privado do que é para o setor*

*público. Essa é uma questão que temos que estudar de forma mais aprofundada. Aquilo que importa perceber é que nós temos o nosso parque de autocarros bastante ultrapassado, portanto estamos a procurar melhorá-lo. É evidente que não tenho aqui os dados que pediu, o número de quilómetros mensais feito por cada um dos autocarros, mas nós fizemos em 2018, 881 transportes desde os passeios escolares, dos idosos, das bandas, dos ranchos e dos clubes desportivos. Todas as solicitações que nos foram apresentadas - estamos a falar na ordem de nove centenas de solicitações. Julgo que sobre esta matéria, era basicamente isto que queria saber. É evidente que se depois quiser alguma informação mais concreta sobre os autocarros, nós teremos todo o gosto em lha dar, mas basicamente é isto. Quatro autocarros: um mais recente, três já com muitos anos e com muitos quilómetros e vamos alienar duas viaturas e ficar com duas, mais uma. É basicamente este o cenário. Muito obrigado.”*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

*===== “Muito bom dia a todos. Cumprimentar todos os presentes e cumprimentar em primeiro lugar a senhora Presidente da Junta de Freguesia, Dr.ª Helena, que nos acolhe hoje aqui em Carregosa, mais uma vez numa das sessões descentralizadas da Assembleia Municipal. Senhora Presidente da Assembleia, senhores Secretários; Senhor Presidente e restante Executivo; Funcionários do Município que nos acompanham nesta sessão municipal; Comunicação Social, público em geral, e todos aqueles que nos acompanham em suas casas. Senhor Presidente: trago duas reflexões que tenho trazido várias vezes a esta Assembleia Municipal. Uma tem a ver com a Linha do Vouga, e outra que tem a ver com a Escola de Fajões. A Linha do Vouga senhor Presidente, ambos temos essa preocupação, já as partilhamos aqui nesta Assembleia Municipal. No entanto, entendo que existem aqui ainda alguns pontos e algumas questões que devem ser clarificadas. E clarificadas, porque depois de termos estado nas comemorações do 110º Aniversário da Linha do Vouga muito se tem anunciado e muitas têm sido as reflexões sobre a Linha do Vouga. Falo do que foi anunciado pelo senhor Vice-presidente das Infraestruturas de Portugal, dos €24 000.000,00 para requalificação e para automatização de algumas passagens. Os €900 000,00 na construção do parque de material/oficina de Paços de Brandão, ou a verba dos €75 000 000,00 anunciados pelo Governo no Plano Nacional de Investimentos, que é uma verba que todos nós sabemos que não chega. Serão necessários €95 000 000,00 para uma solução com passageiros e €165 000 000,00 se quisermos incluir a parte de mercadorias. Esta semana o senhor Presidente da Câmara de Espinho já anunciou 5,5 milhões de euros para o projeto da criação do interface, uma obra de 1,7 quilómetros entre Paramos e Silvalde que será para ligar a Linha do Vouga à Linha do Norte, em Silvalde, isto em 2023. Temos aqui vários milhões anunciados, várias datas anunciadas, e senhor Presidente, concretamente, uma das preocupações do Grupo Municipal do PSD é não vamos descarrilar em tantos milhões de euros sem perceber, sem vermos os estudos que já foram anunciados que deveriam ter sido entregues no final do ano de 2018. Falo dos estudos da Área Metropolitana do Porto: tem-nos sido transmitidas algumas informações, mas na realidade nós não*

conhecemos o estudo. A minha questão é: A Câmara Municipal tem conhecimento desse estudo? Tem conhecimento do estudo da procura? É possível fazer chegar aos grupos municipais esse estudo, para podermos acompanhar realmente quais são as soluções? Porque, senhor Presidente: Ainda há dias, numa entrevista diz que a questão dos €900 000,00 para a construção do parque de material/ oficinas se calhar neste momento está fora de tempo. Porque temos outro projeto muito maior. Concretamente, precisamos perceber o que é que realmente vamos ter aqui na Linha do Vouga, porque são muitos anúncios, a população acaba por ficar um bocado confundida e sem perceber realmente o que é que vai avançar primeiro. Vamos ter já em 2019 o que está anunciado? Vai esperar pela obra? Porque ainda ninguém conseguiu garantir, nem o antigo Ministro das Infraestruturas conseguiu garantir, se vai haver ou não a substituição da bitola. Vamos ficar em Silvalde com uma bitola, e depois mudar de comboio para ir para a Linha do Norte? Vamos conseguir chegar na tal meia hora ou uma hora como já ouvi dizer, quando nós de Espinho ao Porto precisamos de quarenta minutos no Urbano? São estas questões que acho necessário clarificarem-nos e não estou aqui numa situação de, como às vezes dizem, fazer ruído, ou uma política menos correta. É uma questão de clarificar toda a gente para percebermos o que é que realmente vai ser feito. Relativamente à Escola Básica e Secundária de Fajões, senhor Presidente o que eu pretendia saber e o grupo municipal do PSD é: Qual é o ponto de situação neste momento do projeto de requalificação da escola? Tínhamos a verba de €1 500 000,00 que no Plano Plurianual de Investimento já não estava nessa escola, a Escola de Fajões neste momento tinha verba zero. A questão que se coloca é se já houve reprogramação dessa verba. Já houve reprogramação da verba em falta? Quando é que realmente o projeto vai avançar? Pedia-lhe esses esclarecimentos. Muito obrigada.”

=====  
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Gândara**, António Silva. =====  
 ===== “Excelentíssima senhora Presidente da Assembleia, senhores Secretários; Senhor Presidente de Câmara, senhores Vereadores; Caros colegas Presidentes de Junta, Deputados da Assembleia Municipal; Funcionários da Câmara Municipal. Uma saudação muito especial a todos os Carregosenses e à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa; Minhas senhoras e meus senhores. Foi com muita satisfação que vi no passado mês de dezembro arrancar a obra da rede de distribuição de água na minha freguesia. Este foi sem dúvida um dia histórico, mas que vem com décadas de atraso. Foram várias as promessas para a sua realização ao longo dos anos pelos vários executivos camarários. Contudo, só agora, finalmente, chegamos ao seu início. Esta era sem dúvida a maior necessidade da freguesia, uma vez que a maior parte das águas dos poços e fontanários não se encontra própria para o consumo humano. Espero, agora, que a obra se concretize dentro dos prazos estabelecidos e da melhor forma possível, contando com o apoio por parte da Câmara Municipal para o acompanhamento e fiscalização da obra. Tempo será agora, da Câmara Municipal começar a pensar na realização da obra da rede de saneamento, já que o seu atraso também é de décadas e esta é também, sem dúvida, uma grande lacuna da freguesia. Espero também que o executivo camarário não se esqueça de outras

*obras necessárias para a freguesia, as quais estou certo, vão ser realizadas levando a um desenvolvimento e crescimento o mais justo e uniforme possível do concelho. Sem esquecimento de nenhuma freguesia, o que não se verificou no passado. Muito obrigado.”* =====  
===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD.* =====  
===== *“Os meus cumprimentos a Vossa Excelência, Dra. Helena Santos. Ao executivo na pessoa do senhor Presidente da Câmara. Aos Grupos Municipais aqui presentes, uma saudação especial à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa e nela cumprimentar todos os Carregosenses, além de cumprimentar todas as pessoas que nos estão a ver e ouvir pela rádio e pela Azeméis TV. Eu antes de mais queria fazer uma breve interlocução: Congratular-me pela descentralização destas assembleias, porque chegamos mais perto das populações. As populações têm mais facilidade de nos ver e sentem mais a palpitação das deliberações municipais e da dinâmica com que estas questões são postas e a dinâmica da discussão pública. Eu estive a ler a ata da última Assembleia e de facto foram produzidas um conjunto de afirmações que o silêncio não resolve, ou seja, pessoalmente, e o grupo parlamentar em que estou inserido, temos que fazer algum ponto de ordem para que as coisas fiquem definidas e até para que fique registado em ata aquilo que nós pensamos. Uma das intervenções que aqui foi feita, foi uma crítica feroz e injustificada ao Código dos Contratos Públicos, que vou passar a ler: “...Um verdadeiro atentado à eficiência dos serviços, à sua agilidade, à autonomia de decisão. Repare-se que num mesmo ano e no mesmo país, por acordo e anuência das principais forças políticas, conseguimos promover uma política administrativa que desconfia da seriedade dos gestores públicos, ao impor regras de execução que na prática geram uma ineficiência e tempos de processo infundáveis, e ao mesmo tempo promovemos uma política de descentralização para os órgãos sobre os quais desconfiamos, a quem obrigamos a promover processos de ajuste direto não simplificado para meia dúzia de euros, ...”. Nós não podemos ficar indiferentes a este tipo de críticas porque desde logo há uma questão fundamental: O Código dos Contratos Públicos não é alguma coisa que se inventa e que se estipula, e que se estipulam regras. De facto, o Código dos Contratos Públicos, a primeira fonte de direito aos contratos públicos é a jurisprudência comunitária. É a jurisprudência comunitária, as diretivas comunitárias e os regulamentos que são normas supranacionais, ou seja, são normas que se impõem à própria Constituição que é a mais alta plataforma de produção legislativa e de facto isto é uma imposição comunitária. E mais: Eu não vou estar aqui a dizer o que é que o novo Código de Contratos Públicos referiu, mas isto é uma regulamentação pública, que não serve, não é de todo promover uma ineficiência dos serviços, mas promover sobretudo uma clarificação quanto à gestão da causa pública. Isto é importante que se diga. Nós podemos não concordar com os valores, com as questões dos ajustes diretos, há montes de situações que este Código estipula. Foi feita uma regulamentação integral, integrada num único diploma legislativo para as pessoas terem também a consciência de que a gestão pública e a concessão pública, são um problema que nos diz a todos nós. Quanto maior “fiscalização” houver dos particulares e quanto*

maior garantia nós tivermos de que a causa pública é bem gerida, obviamente ficamos todos satisfeitos. Nós evidentemente não podemos concordar com esta situação, porque gerir a nossa casa não é gerir a casa de todos, ou seja, temos que compreender que gerir um bem público impende sobre determinadas regras que todos nós somos beneficiários, ou sofremos. Eu, relativamente a essa matéria sem me alongar muito, porque não esse é o meu objetivo, o meu objetivo era só pôr um ponto de ordem relativamente a esta questão. E, de facto, não me quero alongar muito, mas há diversos aspetos inovadores que se calhar as pessoas até nem entendem como é que é. Porque a Lei é fácil de fazer, mas a sua execução é mais complicada e de facto há determinados aspetos que nós ainda estamos a ver como é que eles se integram. Mas são aspetos que são verdadeiramente estudados, que foram estudados ao nível do tribunal europeu, não são coisas relativas a nós, são coisas relativas à Europa. Nós somos cada vez mais europeus. Vou tentar dizer algo relativamente a essas situações... Desde logo, há uma abertura que o Código dá relativamente a alguns contratos, nomeadamente aqueles que têm uma concessão pública e aos outros que não têm concessão pública que até liberta a obrigatoriedade de determinado tipo de questões. Nós somos completamente a favor. Foi feita uma ampla discussão pública sobre esta matéria. Um reparo que eu quero fazer: Se calhar esta afirmação não foi feita com alguma ponderação, porque tenho a certeza até de que quem a fez, se de facto visse e refletisse sobre estas decisões, não a teria feito. Uma outra questão que também foi feita na última Assembleia que nós não podemos deixar passar em claro, obviamente, é que haviam dito que algumas das nossas intervenções, nomeadamente deste grupo municipal do PSD, não eram sérias. Não eram intervenções construtivas e sérias... De alguma forma pensou-se que, de facto, havia algumas contradições em aprovar questões na generalidade e depois não aprovar questões nas especialidades, ou seja, no concreto. Eu, relativamente, a esta matéria queria aqui dizer o seguinte: Todas as deliberações que nós, PSD, tomamos, foram deliberações previamente estudadas, foram deliberações que nós maturamos e fizemo-las com sentido de responsabilidade e de cidadania. Eu quero aqui elencar três ou quatro deliberações. São deliberações que eu fui tomando nota ao longo do tempo: Em primeiro lugar, a questão do Plano de Saneamento Financeiro, ou seja, este executivo tem e ainda bem para o bem de Oliveira de Azeméis, deliberado por todos nós a suspensão do Plano de Saneamento Financeiro e a abertura para a concessão de um crédito de até €5 000 000,00. Nós saudamos e votamos a favor do Plano de Saneamento Financeiro proposto pelo executivo. Precisamos de investimento. Investimento assertivo e responsável, mas anteriormente havia um ponto da Ordem de Trabalhos que era a aprovação das contas. E, curiosamente Senhor Presidente, por sua iniciativa, da Câmara, integrado no executivo camarário, nós (PSD) fomos o único grupo municipal que votamos a favor das contas. Se não o tivéssemos feito, este ponto nem sequer era sujeito à aprovação. Isto implica uma responsabilidade séria, consciente e responsável. Não aceitamos essa crítica. Há outras questões que eu até tinha preparado aqui, nomeadamente a questão da aquisição do parque urbano por €1 200 000,00. Não compreendemos, senhor Presidente até na linha daquilo que referiu há bocado que falamos sobre a Garagem Justino, como é que o senhor Presidente

vem dizer aqui que não se podem projetar coisas que ainda não são nossas? Evidentemente que todos nós quando compramos um bem sabemos a utilização. Aí o senhor Presidente da Câmara foi claro e eu não vou dizer qual é a questão da utilização da Garagem Justino. Só que é muito mais que isso. O senhor Presidente ou o executivo camarário no seu conjunto deve promover e repensar o investimento, porque quando nós compramos alguma coisa aquilo que nós pensamos é dizer “o menor preço se calhar é o preço de compra, mas o investimento é muito importante”. Eu acho senhor Presidente que há aqui duas questões que é o parque urbano e a Garagem Justino que de facto vossa Excelência deve ponderar seriamente, para não andar depois com algum ruído... Eu já ouvi dizer que o investimento no parque urbano eram €2 500 000,00; €3 250 000,00; €4 000 000,00... De uma vez por todas, e nós sabemos o que é esse investimento. Mas de uma vez por todas ter uma ideia clara quanto ao investimento, às infraestruturas e à requalificação dos edifícios camarários. Não posso deixar também de referir, embora seja quase um tema recorrente meu e do senhor Presidente da Junta, o facto de mais uma vez na última Assembleia dizerem que a discussão que temos travado e a indignação que temos feito pela falta de investimento na Escola de Fajões é um tema político. Claramente não é um tema político. Eu vou recordar até uma intervenção de um deputado municipal que numa das assembleias anteriores disse uma coisa parecida com o que eu vou dizer - “ se algum dia me explicarem porque é que fizeram investimento na Escola de Cucujães, um investimento superior à dotação pública que lhe era devido e não fizeram nada na Escola de Fajões, tratando situações iguais como desiguais, eu calar-me-ei”. Muito obrigado.”

=====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Deputada **Márcia Gomes**, do PS. =====

===== “Excelentíssima senhora Presidente da Assembleia Municipal, Dr.<sup>a</sup> Helena Santos, senhora e senhor Secretário; Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Vereadores; Caros membros da Assembleia Municipal, Comunicação Social aqui presente, a todas e a todos os Oliveirenses que aqui estão, nos veem e nos ouvem. E hoje em especial à Presidente de Junta da minha freguesia, Dr.<sup>a</sup> Helena Moreira; a todos os Carregosense, a esta freguesia, freguesia pela qual tenho muita estima, onde vivo e onde trabalho. A todos um bem-haja. Hoje trazemos a esta Assembleia a temática relacionada com um dos mais basilares direitos – o direito à habitação, que é um direito social tão básico quanto complexo. Começo por ler aquilo que está consagrado constitucionalmente para este direito. “Todos têm direito para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar. Para assegurar o direito à habitação incumbe ao Estado: programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social. Promover em colaboração com as regiões autónomas e com as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais. Estimular a construção privada com subordinação ao interesse geral e o acesso à habitação própria ou arrendada. Incentivar e

*apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respetivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e autoconstrução. O Estado adotará uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria. O Estado e as regiões autónomas, as autarquias locais, definem regras de ocupação, uso e transformação dos solos urbanos designadamente através de instrumentos de planeamento no quadro das leis respeitantes ao ordenamento do território e ao urbanismo. E procede também às expropriações dos solos que se revelem necessárias à satisfação de fins de utilidade pública urbanística. É garantida a participação dos interessados na elaboração dos instrumentos de planeamento urbanístico e de quaisquer outros instrumentos de planeamento físico do território.” Ora da análise deste artigo, constitucionalmente consagrado, o direito à habitação é previsto nas funções do Estado nesta matéria. Rapidamente percebemos que o direito à habitação é um direito social conexo como tantos outros. Que abarca a reserva da vida privada e familiar e se estende até às regras de ocupação, uso e transformação de solos urbanos, com vista a protegermos o direito a um ambiente de vida humano sadio e ecologicamente equilibrado. Por aqui se vê que a promoção de políticas de habitação não passa apenas pela construção de habitações económicas e sociais, o que é importante, como é óbvio, mas também por adotar medidas que estimulem a construção privada e iniciativas das comunidades locais, sociais e cooperativas. Sem esquecer que é imperativo e constitucional que o Estado adote igualmente políticas tendentes a estabelecer um sistema de rendas que facilite o acesso à habitação através do mercado de arrendamento. Em 2018, completaram-se os primeiros 100 anos de políticas públicas de apoio à habitação em Portugal. O primeiro diploma que estabeleceu as condições de incentivo pelo Estado à construção de casas económicas foi publicado em 1918. Inicialmente, as políticas públicas nesta matéria assentavam na promoção da construção nova, ancorada em lógicas expansionistas. Contudo, e principalmente desde os anos 60/70, as políticas começaram a assentar na reabilitação e regeneração urbanas. As profundas alterações sociais e demográficas levaram a que no início do séc. XXI a preocupação com a qualidade arquitetónica e urbanística ganhasse outra dimensão. A estratégia urbana é, portanto, um tema central na definição dos parâmetros chave para o projeto habitacional de promoção pública. Como todos sabem, a criação do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, em 2007, atual instituição pública responsável pela definição das políticas e programas dedicados à habitação, revela a mudança de paradigma quando se redefine e insere na sua definição, o tema reabilitação. A reabilitação e a promoção pública de habitação encontram-se na ordem do dia. Para além de todas as razões de ordem social e política, uma razão simplesmente de ordem técnica impõe este movimento em direção à reabilitação. Uma boa parte do património habitacional construído ao longo dos últimos cem anos pelo setor público requer intervenção. A vivência intensiva dos espaços associada a uma qualidade de construção relativamente fraca, a sua adequação a novos modos de vida, ou a simples e natural degradação tornam indispensável a reabilitação do tecido urbano existente, incluindo o espaço público e o espaço edificado. O envelhecimento e a degradação*

*física do património habitacional do Estado vem intensificar um quadro social demasiadas vezes problemático. Mais recentemente, o fenómeno do alojamento local destinado ao turismo associado à nova lei das rendas promoveu um enorme aumento do valor da habitação em todas as cidades, intensificando mais ainda a crise que já se fazia sentir. Face a esta crise habitacional as políticas de habitação são uma prioridade, apresentando-se obrigatoriamente reformuladas. Em 23 de abril de 2018, o Partido Socialista entregou na Assembleia da República o projeto-lei n.º843/13, lei de bases da habitação da autoria da deputada Helena Roseta. O diploma pretende ser um pontapé de saída para a concretização de uma lei de bases da habitação há muito desejada e reclamada, já há muito existente para outros direitos sociais, como por exemplo, o direito à saúde ou o direito à educação. Como já referi e como todos bem sabem, muito se tem falado na lei de bases, o que faz todo o sentido, tendo em conta que é uma matéria fulcral na vida de todos nós, e que os diplomas relativamente a esta matéria são amplamente dispersos e confusos. Basta pensar na questão do arrendamento onde temos um grande leque de diplomas que estão constantemente a ser alterados e revogados, não dando às pessoas qualquer segurança e certeza jurídica, estabilidade que a matéria, como todos sabem, impõe pela sua natureza mais recentemente, e como já referi, a questão do alojamento local e a especulação imobiliária que se faz sentir em todas as cidades do país e em que o nosso concelho não é exceção. A Resolução do Conselho de Ministro n.º 50-A/2018, de 2 de maio, veio estabelecer o sentido estratégico, objetivos/instrumentos de atuação para uma nova geração de políticas de habitação. Um dos instrumentos previstos para executar esta nova política é o “Primeiro Direito”, Programa de Direito à Habitação. Ora, no âmbito deste programa, cabe a cada município definir a sua estratégia local em matéria da habitação, devendo refletir e definir soluções habitacionais que em conformidade pretende ver desenvolvidas no seu território, ou seja, concelho. Esta é uma matéria que está na ordem do dia e na qual não obstante o Estado ter que assumir o papel de ator principal na criação de políticas e na definição de estratégias, as autarquias locais não se podem demarcar da sua responsabilidade na hora de adotar medidas concretas através das suas políticas de ordenamento de território; nas regras de edificação urbana; de políticas de requalificação e políticas de habitação social, na medida em que a sua relação de proximidade com os cidadãos e o território lhes permite ter uma noção mais precisa dos desafios e dos recursos passíveis de mobilização, sendo a sua ação instrumental na construção e implementação de respostas mais eficazes e mais eficientes orientadas para os cidadãos. O nosso município tem algumas respostas que refletem a política de habitação que atualmente existe. Vejamos: ao abrigo do Regulamento Municipal n.º 130/2018, de 23 de fevereiro, está prevista uma medida que concede a atribuição de um apoio económico mensal para o pagamento da renda de casa. O número de apoios requeridos e atribuídos tem vindo a aumentar de uma forma muito significativa. Sendo que, e a título de exemplo, em 2010, o número de apoios requeridos a esta medida foram cerca de 190 e o número de apoios concedidos foram cerca de 185. Volvidos oito anos, em 2018, o número de apoios requeridos foram 378 e o número de apoios atribuídos foram 360, ou seja, verifica-se um aumento de cerca de 95%. O que ilustra de forma muito clara,*

*a necessidade crescente dos oliveirenses no apoio à habitação. Outra das medidas é o apoio a melhorias habitacionais, cujo regulamento data de 27 de abril, de 2006: visando, essencialmente, o apoio à melhoria das condições habitacionais dos munícipes que pretendam fazer algumas obras de melhoria nas suas habitações, e que não têm disponibilidade financeira para o fazer. Relativamente a esta medida foram cerca de cinquenta e três os apoios requeridos e trinta e dois os executados. Número muito aquém, certamente, das necessidades dos nossos munícipes. Esta é uma medida importante que ajuda a manter as famílias nas suas habitações, habitações que construíram a muito custo como sabemos. Sabemos que a verba municipal para esta medida foi sempre muito baixa e daí que em cerca de doze anos só foram executados cinquenta e dois apoios. É urgente, senhor Presidente, senhores Vereadores, uma reformulação deste regulamento, de forma a chegar a mais famílias de uma forma mais célere e eficaz. Deparamo-nos, igualmente, com a realidade de alojamento de famílias mais carenciadas que leva conseqüentemente à necessidade de respostas municipais, designadamente através da promoção de habitação social. O Regulamento Municipal de acesso à habitação social é espelho disso mesmo – regulamento n.º 26/2018. O município como sabemos é proprietário de cinquenta e dois fogos, sítios na urbanização Quinta de Lações. Como todos também sabemos, estamos perante edifícios, alguns já com mais de trinta anos, espelho da degradação e do desinvestimento público nas habitações sociais nos últimos anos, que uma vez mais não se apresentaram como uma prioridade para os executivos anteriores. São cerca de trinta e sete os agregados familiares que vivem nesta urbanização e que beneficiam do regime de renda apoiada. O município, na qualidade de senhorio, exige uma renda de baixo valor, muito abaixo do valor do mercado, tendo em conta naturalmente os rendimentos que as famílias apresentam. Ao que julgamos saber existem, no seu conjunto, cerca de sete fogos devolutos, o que não é uma realidade nova e que parece também não ter sido prioridade ao longo destes anos. Senhor Presidente da Câmara: relativamente a esta matéria, afirmou à imprensa local que há meio milhão de euros para a reformulação destes blocos e que a empreitada já teria sido adjudicada. Pergunto: Tem previsão para o início das obras de requalificação? Que compromisso pode deixar a esses munícipes? Existe alguma estratégia ou plano para as duas casas pré-fabricadas existentes na freguesia de Ossela, como bem sabemos, também se encontram em péssimo estado de conservação? É urgente fazermos todos, todos em conjunto, uma reflexão sistematizada, crítica e prospetiva sobre necessidades e recursos com base em diagnósticos anteriores, isto é, diagnósticos realizados no âmbito da elaboração, revisão de instrumentos de gestão territorial, ou outros instrumentos de planeamento com base também nos pedidos de apoio habitacional submetidos ao município, complementados, caso necessário, com levantamentos/inquéritos, ou outros instrumentos de recolha e análise de informação mais orientados para conhecer um grupo, uma carência, necessidades em específico. É necessário pensar e elaborar um plano de ação, que identifique as ações e conseqüentemente as soluções habitacionais necessárias para atingir os objetivos e metas definidos em função das prioridades e dos recursos físicos, financeiros, técnicos, humanos e organizativos disponíveis e coerente com outras políticas sectoriais. Termina com um conjunto*

*de questões que a todos nos devem merecer a reflexão, a todos sem exceção. Mais a mais, conhecidas as dificuldades do município e as muitas prioridades que infelizmente se perspetivam, não temos pretensão de resposta. Porque infelizmente reconhecemos que levará tempo a inverter muitas das necessidades do concelho, e não é possível de forma séria e responsável prometer tudo. Não tem sido essa a postura do Partido Socialista, não pode ser, nem será. Tendo em conta por um lado a realidade económico-financeira do nosso município, e por outro as necessidades sociais e habitacionais dos nossos munícipes: Não deveremos pensar uma estratégia local de habitação a longo prazo? Como concelho: Como devemos perspetivar, no futuro, a recuperação de prédios devolutos? Fará sentido financeiramente, por exemplo: Reabilitar estes prédios e colocá-los no mercado de arrendamento a preços razoáveis para ajudar a fixar os nossos jovens? Sabemos que atualmente a procura de habitação por parte das ditas famílias unipessoais é uma realidade de difícil resposta por parte dos municípios. Este município não é exceção. Fará sentido pensarmos, por exemplo, na possibilidade de alojamento partilhado? Esta é uma matéria sobre a qual todos devemos refletir, porque a casa de cada um de nós, a que todos sem exceção deveriam ter, e têm o direito de ter - não é só uma casa. É muito mais do que isso. É a nossa intimidade, é o nosso aconchego, o nosso refúgio, as nossas memórias. É um pouco e tanto de nós. Obrigada.”* =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====

===== “Muito obrigada senhora Presidente. Começando por dar respostas à senhora deputada **Helga Correia**: Não há nenhuma confusão quanto aos números da Linha do Vale do Vouga. Eles são claríssimos. O que há é, naturalmente, a dissecação desses números. Nós como sabe, fizemos um estudo, encomendámos um estudo, pagamos um estudo (os quatro municípios – Espinho, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis e São João da Madeira) para a requalificação da Linha do Vale do Vouga. Esta tem sido umas das prioridades, digamos do meu mandato, enquanto presidente da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria. Aquilo que nós queremos é: dentro dos vários cenários que estão a ser estudados que um deles seja contemplado. Por isso, é que fizemos o estudo, e fizemos esse trabalho preparatório para que a tutela pudesse decidir com base na informação que nós trabalhamos e que nós disponibilizamos. O Plano Nacional de Investimentos tem como verba mínima os €75 000 000,00. Não significa que essa inscrição da Linha do Vale do Vouga seja suficiente. Reconhecemos para aquilo que é o nosso estudo, esse tal estudo que unicamente prevê o transporte de passageiros entre Oliveira de Azeméis e o Porto, são necessários cerca de €100 000 000,00. É para essa verba/montante que o estudo que nós definimos aponta. Entretanto, têm surgido outros números que não são da nossa responsabilidade. No próprio dia da comemoração dos 110 anos da Linha do Vale do Vouga que se realizou, em Santa Maria da Feira e foi uma iniciativa da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, o responsável das Infraestruturas de Portugal - o senhor Vice Presidente, apresentou o número de €24 000 000,00 que corresponde àquilo que é o Plano de Investimentos das Infraestruturas de Portugal, da REFER, na requalificação da linha para a

*automatização de um conjunto de passagens de nível e outras obras de manutenção que são necessárias. Portanto, esse é o plano de investimentos do responsável pela Infraestrutura e, portanto, esse plano de investimentos decorre paralelamente àquilo que são estas necessidades de investimento que apontam, como já disse, para uma reforma estrutural da linha ao nível: da eletrificação, da mudança da bitola, do material circulante, das próprios desnivelamentos que vão sendo necessários e também nesse interface em Silvalde que, naturalmente, terá que ser feito para podermos fazer a ligação entre a Linha de Vale do Vouga e a Linha do Norte que ficou impossibilitada com enterramento da linha, em Espinho. Portanto, digamos que aqui não há nenhum registo de confusão. Há uma clarividência total por parte dos municípios da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria em relação ao percurso que tem que ser seguido, em relação aos passos que têm que ser dados para que esse percurso seja alcançado. Nós o que podemos dizer em relação a essa matéria, é que uma parte inicial desse percurso, mas para nós determinante, foi a inclusão desses €75 000 000,00 naquilo que são os planos/intenções do Governo em termos de investimentos substanciais na ferrovia. Treze projetos, quatro mil milhões de euros, e termos incluído uma velha reivindicação que consideramos que é uma resposta de mobilidade fundamental para esta região, é para nós motivo de regozijo, motivo de satisfação. Aquilo que esperamos, é a realização dessa inscrição com a execução da obra porque é isso que nós todos ambicionamos. Estamos a trabalhar para isso. Nós não baixamos os braços. Temos previsto para 2019 um conjunto de iniciativas que vão ser concretizadas nos vários municípios, inclusive nos municípios de Arouca e de Vale de Cambra que se associam à reivindicação deste conjunto de municípios que são servidos pela Linha do Vale do Vouga. Esse percurso está a ser feito, e aquilo que nós esperamos é que o prazo que está incluído, de 2021 a 2025, seja um prazo cumprido e tenhamos a possibilidade de ver esta região com esta velha reivindicação também satisfeita. Em relação à Escola de Fajões: Aquilo que estamos a fazer neste momento é a reformular o projeto da Escola de Fajões. Reformulá-lo no sentido de que a requalificação da escola seja possível de uma forma integrada e não apenas num dos blocos como estava inicialmente previsto. E, naturalmente, dando cumprimento àquilo que é uma exigência da DGEST que é a remoção do amianto da escola. Como sabem, o projeto foi recusado pela DGEST, nós também concordamos que não faz sentido uma requalificação na Escola de Fajões que não preveja a remoção integral do amianto e resolução definitiva desse problema. Aquilo que nós temos pedido aos senhores deputados municipais, e peço desculpa pela falta de humildade, mas ao fim ao cabo acaba por ser também a constatação de uma realidade, é que nós não temos efetivamente faltado com a nossa palavra. Portanto, aquilo que vos pedimos foi que confiassem no trabalho que está ser feito, naquilo que diz respeito à Escola de Fajões. E, portanto, nós nunca dissemos que abandonaríamos a Escola de Fajões. Não foi isso que foi dito. O que dissemos, foi que estando em presença de Fundos Comunitários que têm prazos, faria todo o sentido que dados projetos iniciais que foram lançados a concurso, as verbas que estavam inscritas eram manifestamente insuficientes para as necessidade de requalificação das escolas, que nós fizéssemos uma reprogramação que permitia por um lado acudir às necessidades de*

*financiamento adicionais que resultaram na Escola Ferreira da Silva, eu faço aqui um parenteses para referir que a Escola Ferreira da Silva – o projeto prevê a requalificação integral e não parcial como acontece em Fajões. E, naturalmente, fazendo essa requalificação a verba sobranse não se perder. Foi esse o meu compromisso convosco – não perder um único cêntimo de Fundos Comunitários destinados à requalificação de escolas do nosso concelho, fazendo essa afetação a escolas, jardins-de-infância e escolas básicas do nosso concelho. Algumas delas também no Agrupamento de Escolas de Fajões. E, portanto, foi esse o meu compromisso, é esse compromisso que assumi, o compromisso que este executivo assumiu e que vamos cumprir. Peço-vos que confiem em nós, confiem no trabalho que estamos a procurar fazer no sentido de que a Escola de Fajões seja requalificada. Para isso já reunimos com a equipa do projeto, no sentido do projeto ser adequado àquilo que pretendemos que aconteça na escola, que é uma requalificação integral dos blocos da escola e não apenas uma requalificação parcial com a construção de um edifício como estava previsto no projeto inicial. Em relação à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Gândara, **António Marques**: É evidente que esta intervenção que está a ser feita na construção da rede de água, uma intervenção que permite dotar a freguesia de São Matinho da Gândara e de Madaíl com uma cobertura integral da rede de água, e enfim, as freguesias de Ul e Travanca com uma cobertura parcial, é um investimento de €1 500 000,00 mais IVA, mas é evidente que é um investimento que não permite a resolução dos nossos problemas, dos problemas que temos no concelho não só ao nível da água, e claro ao nível de saneamento. A reclamação que faz, é uma reclamação justíssima que exige investimentos avultadíssimos que o município não tem capacidade para concretizar. Aquilo que estamos a fazer e já tivemos oportunidade de o referir na última reunião do executivo, onde essa questão também foi levantada, é uma questão que, naturalmente, nos é querida e faz sentido que nós continuemos a discuti-la sempre que possamos. É, naturalmente, encontrar uma solução que permita um aumento substancial daquilo que é a nossa taxa de cobertura e tratamento da rede de saneamento. Portanto, esse trabalho está a ser feito, como compreendem tem uma complexidade técnico-jurídica apreciável. Tem exigido muitos meses de trabalho, muitas reuniões e, portanto, ontem tivemos mais uma reunião. Foi uma reunião que eu diria preparatória da versão final daquilo que vamos apresentar à ERSAR muito brevemente. Estamos à espera neste momento da concretização dessa versão final que acontecerá dentro da próxima semana. Aí estaremos em condições de enviar a esta entidade de regulação aquilo que é o nosso plano de investimentos em termos de rede de saneamento e também de rede de água – mas fundamentalmente de rede de saneamento. E, naturalmente, depois teremos que ficar sujeitos àquilo que será a decisão dessa entidade. Este plano permitirá, aumentar substancialmente a taxa de cobertura da nossa rede de saneamento. Exige um investimento que é de certa forma avultado, que será partilhado pela concessionária e pela Câmara Municipal, ou seja, haverá um investimento municipal substancial e em resultado disso nós, naturalmente, melhoraremos a nossa cobertura nessa matéria. Mas que fique, desde já, claro que nunca chegaremos àquilo que eram os compromissos a que estávamos obrigados em termos do antigo*

PEAASAR, atual PENSAAR. Mas, basicamente, aquilo que nós queremos deixar claro: é que continua a ser uma das nossas prioridades, será sempre uma das nossas prioridades porque trata-se de resolver problemas de natureza básica, e resolver problemas que são muito importantes para aquilo que é a competitividade do nosso território. Portanto, senhor Presidente da Junta: Vamos apresentar esse trabalho, e esperar que ele mereça a aprovação da ERSAR e se essa aprovação surgir estaremos em condições de fazer investimentos importantíssimos que permitirão atenuar essa dificuldade. Em relação à intervenção do senhor deputado **Fernando Pais**: É evidente que eu não vou aqui comentar as considerações que fez sobre o Código de Contratação Pública. Eu deixaria aqui apenas uma nota sobre aquilo que foi o fim da resolução fundamentada que existia no código anterior e deixou de existir no atual: É realmente uma dificuldade terrível que foi criada aos municípios. Abro este parenteses porque ele tem uma particularidade de que a resolução fundamentada acabou para os municípios, mas não acabou para o Estado. Isto quer dizer, o quê? Quer dizer que hoje quando uma entidade utiliza expedientes legais, naturalmente, para suspender os processos, isto causa enormes prejuízos aos municípios. Os municípios, mesmo recorrendo a centros de arbitragem, muitas vezes têm processos de decisão que demoram anos, e os investimentos ficam adiados durante vários anos. Faria todo o sentido que se mantivesse a resolução fundamentada para que reconhecendo-se o interesse público da continuação do investimento, esse investimento pudesse prosseguir e depois em função da decisão, houvesse lugar ou não a cláusulas indemnizatórias para as partes envolvidas no processo. Não é isso que acontece. O Estado entendeu que a resolução fundamentada para si devia manter-se e para os municípios devia extinguir-se. Esse sim, é um prejuízo enorme que foi causado aos municípios. É evidente que todos entendemos que é importante simplificarmos, desburocratizarmos os processos de contratação pública, porque todos nós sabemos que entre o processo de execução do executivo camarário e a concretização de uma obra podemos estar a falar de atos de tempo de um ano, dois anos. E, portanto, julgo que ninguém lucra com esta ineficiência. Julgo que é importante que nós possamos encurtar drasticamente estes prazos, e que possamos disponibilizar muito mais rapidamente aos nossos munícipes, aos nossos cidadãos, os equipamentos públicos que nós queremos construir. O Código de Contratação Pública naturalmente que é um documento que visa regular a relação da administração pública com os privados, e não só. Mas é evidente que ele tem que ser um documento que obrigando, naturalmente, e tendo introduzidos mecanismos de controlo e regulação, seja ao mesmo tempo um instrumento de eficácia e digamos de boa administração pública. É isso que todos nós desejamos deste Código de Contratação Pública. Não vou falar sobre a suspensão do Plano de Saneamento Financeiro. Isso é uma questão que está ultrapassada. Em relação à aquisição que falou do parque urbano e da metodologia seguida pelo executivo: A metodologia é uma metodologia, enfim, de responsabilidade. Eu já expliquei detalhadamente o processo. Nós obviamente que tivemos um período de negociação. Negociamos o valor, adquirimos o equipamento, estamos a trabalhar no programa funcional, enfim, seguir-se-á o projeto. O projeto determinará um valor de investimento, mas é um valor

de investimento que nós balizamos e, por isso, é que nós podemos falar em valores de investimento dos €3 500 000,00 / €4 000 000,00. É evidente que será o projeto que determinará com rigor, em função da estimativa orçamental, que definirá o valor do investimento que é necessário fazer no parque urbano. Mas aquilo que eu gostaria de deixar claro é que, é importante que a resposta se construa e que essa resposta seja efetivamente um instrumento eficaz da afirmação da competitividade da nossa cidade e do nosso concelho. É isso que eu desejo. É para isso que esses investimentos estão a ser pensados. É evidente que, estar aqui a discutir metodologias é absolutamente legítimo e, portanto, não vou questionar o facto dos senhores entenderem que devíamos já ter um projeto para o equipamento antes de o comprarmos. Nós sabemos que mesmo um processo e mesmo uma vontade de aquisição, está pendente da aprovação de entidades externas e, portanto, não faria muito sentido que nós fizéssemos esse projeto para o equipamento sem que tivéssemos essa garantia. Mas também se nós quisermos que esses projetos que consideramos estruturantes para a nossa cidade e para o nosso concelho recebam contributos não só dos diferentes partidos, mas também da própria sociedade civil, é evidente que fará todo sentido que nós não apresentemos à população nem aos partidos políticos os projetos como factos consumados. E que tenhamos a oportunidade de discutirmos, de refletirmos, sobre as respostas que queremos ver criadas nesses equipamentos e portanto, fará todo o sentido que nós façamos esse percurso. Julgo que de certa forma acabei por responder à questão que colocou sobre Fajões, portanto, não vou voltar a falar sobre a Escola de Fajões. Enfim, não vou voltar a falar hoje, não é? Responderei sempre que entenderem que eu o deva fazer. Quero é deixar aqui claro que: A Escola de Fajões está a ser trabalhada, estamos empenhados na sua requalificação, mas empenhados num modelo de requalificação que permita, por um lado, a aprovação por parte da DGEST e, por outro lado, a requalificação integral da escola. Em relação à intervenção da senhora deputada **Márcia Gomes**, sobre o direito à habitação: Estamos completamente de acordo. Nós não entendemos que no nosso concelho seja necessária a habitação social concentrada, que leve um pouco à guetização digamos, da população que instalamos nessas casas ou nesses bairros sociais. Aquilo que nós defendemos são políticas objetivas de apoio ao arrendamento e à habitação de custos controlados. Fazemo-lo em Oliveira de Azeméis, com um investimento de cerca de €200 000,00 por ano, para dar resposta digamos, a essas solicitações que acabou de referir. Estamos também a trabalhar num outro programa, este dirigido para as famílias mais carenciadas que visa apoiar obras nas habitações, sobretudo resolvendo alguns problemas que tiram às pessoas dignidade. Essa é a nossa preocupação. É evidente que percebemos aquilo que nos quis dizer. Percebemos a importância de políticas e de uma lei de base da habitação que permita que se criem regras, para que todas as pessoas possam aceder com dignidade a esse direito constitucional. Mas é evidente que essa lei de bases da habitação compete ao Governo, a nós compete-nos ter políticas municipais de apoio à habitação, e essas temos vindo a desenvolvê-las. Outro investimento substancial que vai ser feito, é precisamente na requalificação dos dois blocos que temos no Bairro de Lações. A obra foi lançada a concurso, já temos vencedor ou vencedores porque temos

*um vencedor por bloco. Aquilo que nós esperamos é que muito rapidamente esses dois blocos entrem em obras, em requalificação. Eu comprometer-me com um prazo: Mais uma vez, eu não gosto de me comprometer com datas, porque se elas dependessem de mim obviamente que seria muito fácil. Não dependendo de mim, correrei sempre o risco de estar a falhar, mas eu diria que estamos em condições de nos próximos dois/três meses termos os dois blocos do Bairro de Lações a serem intervencionados. Julgo que é tudo, que respondi a todas as questões, mas se eventualmente tiver falhado, queiram por favor dizer-me.=====*

*===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====  
===== “Muito obrigado senhor Presidente pelos esclarecimentos. Tenho aqui quatro pedidos de inscrição, e eu agradecia que estas intervenções fossem o mais objetivas e rápidas possíveis. Quero lembrar que são onze horas e trinta e cinco minutos e que temos compromissos para a tarde. Obrigada.” =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Albino Martins**, do PSD. =====*

*===== “Senhora Presidente, eu procurarei ser breve, conciso, objetivo e sobretudo construtivo. Senhor Presidente, agradeço-lhe os números que foram exaustivos. Os dados que foram exaustivos, mais do que aquilo que eu contava e, portanto, foram simplesmente para me dar agora oportunidade de lhe fazer uma proposta construtiva. Por aquilo que disse, temos neste momento quatro autocarros a circular, vamos ficar com três porque dois serão abatidos e chegará aquele que vai ser adquirido. E eu faço-lhe a panorâmica seguinte: Em 2009, tínhamos dois autocarros em serviço - penso que não estou errado - e três motoristas ao serviço. É claro que estes motoristas faziam o serviço dos dois autocarros e esporadicamente o comboio turístico, como acontece agora porque exige um motorista com carta de transporte coletivo. Em 2018, presentemente, temos quatro autocarros ainda ativos, claro que alguns não podem transportar crianças ou parece-me que nenhum poderá transportar crianças, mas estão quatro ativos. Temos dois motoristas, mas o caricato neste momento é que por causa de uma baixa, temos um motorista só. Então acontece o seguinte: Há um autocarro a circular, três autocarros parados por falta de motorista, e depois acontecem coisas como estas: É necessário um pequeno transporte que até podia ser articulado com outros, por exemplo, de Oliveira de Azeméis ao Parque Molinológico; de Oliveira de Azeméis ao Pinheiro da Bemposta, durante uma hora ou duas, que até se poderia fazer e já se fez essa articulação e não há hipótese nenhuma. E quem pede, escolas concretamente, têm que recorrer fora porque não há motorista disponível. Aquilo que eu proponho de concreto é: no futuro havendo três autocarros e ainda o comboio turístico, não se continue a ter dois motoristas, mas que se contrate de forma a que se possa utilizar os autocarros todos e não como está a acontecer. Sendo que, temos sempre situações para acudir e se o motorista adoece? Está no seu direito. Ou se naquele momento está com o comboio turístico? Portanto, eu acho que dois motoristas de transportes de passageiros no município são absolutamente escassos. Outra sugestão, não é nada de novo, o senhor Presidente sabe como fazê-lo: Penso que há motoristas suficientes na Câmara. A Câmara terá talvez que facilitar ou*

*pagar o curso/formação própria para transportes de passageiros de forma a não ter que contratar mais gente. Eu acho é que é absolutamente inoportável, neste momento, um motorista estar responsável por quatro autocarros e, depois, eles estarem parados é uma falta de rentabilidade. Muito obrigado pela atenção que possa dar a este assunto.”* =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra à Deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

*===== “Obrigada senhora Presidente. Senhor Presidente: Sem demagogias, aquilo que eu fiz aqui na minha intervenção inicial foi, fazer um bocadinho do panorama com o que se passa com a Linha do Vouga e tentar perceber o que é que se passa com as prioridades que estão a acontecer. E há uma pergunta bem clara que eu lhe fiz e que é: O município tem conhecimento dos estudos? Se já os tem, porque ficaram de ser divulgados publicamente não pelo município, mas por quem fez os estudos, em dezembro de 2018: Se o município tem os estudos, se pode ou não facultá-los a esta Assembleia? Claramente foi essa a questão que eu lhe deixei e que não foi respondida. Relativamente à Escola de Fajões: Senhor Presidente, não há dúvida nenhuma, e todos nós percebemos que está a ser reformulado o projeto. Vão ser reprogramadas as verbas. Tem prazos para essa reprogramação. Agora, o que nós pretendemos saber: Quais são os prazos? Quando é que realmente vai ser reprogramada? Já está a ser reprogramada? É isso que claramente nós precisamos telegraficamente de saber. Muito obrigada.”* =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora **Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes**, Florbela Silva. =====*

*===== “Excelentíssima senhora Presidente e na sua pessoa cumprimento todos os presentes. E na pessoa da senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa cumprimento todos os Carregosenses, pessoas pelas quais nutro especial carinho, estima e consideração uma vez que me recebem todos os dias muito bem fazendo-me sentir em casa. Bem hajam. Hoje venho expor uma situação que tenho verificado na Freguesia de Macieira de Sarnes, como também noutras freguesias vizinhas. De dois em dois dias, tenho o cuidado de percorrer, à noite, as ruas da minha freguesia e tenho-me deparado com a seguinte situação: nas artérias do interior da minha freguesia os postes de eletricidade quando não têm iluminação é comunicado à EDP e após dez dias uteis a iluminação é repostada. Já no que respeita à EN327 as coisas são diferentes. De dois em dois dias há postes que, ora têm iluminação, ora não têm iluminação. Isto ao longo da mesma semana. Comunicada esta situação à EDP, a mesma não é retificada nem nos é explicada. A minha pergunta é: A Câmara Municipal tem algum conhecimento de medidas economicistas que a EDP esteja a adaptar e que as freguesias desconhecem? Precisamos de saber para não atolarmos a EDP com email’s e telefonemas sem sucesso, e por outro lado para sabermos informar a população. No seguimento deste tema da eletricidade pública, todos sabemos que as freguesias possuem tanques públicos que com o passar dos tempos foram sendo abandonados pelas pessoas devido ao desenvolvimento tecnológico e da sociedade. Contudo, na freguesia de Macieira de Sarnes, os tanques públicos continuam a ser muito utilizados, embora*

*nem todos possuam iluminação pública. No início deste mandato, a Junta de Macieira de Sarnes solicitou a colocação de iluminação nos tanques situados no Lugar das Terças à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. Gostaria de saber o ponto de situação deste pedido, uma vez que considero um assunto importante para a população de Macieira de Sarnes. Obrigada.”* ==  
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====  
 ===== “Bom dia a todos: Sintam-se cumprimentados na sua pessoa e, naturalmente, naturalmente, senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa – Helena Moreira, sentimo-nos de facto em casa, tal como disse. E permitam-me que diga que é corrido pouco mais de um ano deste mandato, a primeira vez que percorremos mais do que três freguesias em assembleias descentralizadas. Esse foi um compromisso nosso, é um compromisso que honraremos e até ao final do mandato faremos pela primeira vez uma Assembleia em todas as freguesias e, portanto, para nós esse também é um momento simbólico. Dito isto, senhora Presidente: Não tendo o topete de querer fazer um ponto de ordem, porque isso é da responsabilidade da Mesa, tenho que deixar claro porque também não posso deixar passar, um conjunto de afirmações que foram ditas sobre o Partido Socialista nestas assembleias municipais. Efetivamente, digo e repito: Tudo o que disse na última Assembleia sobre o Código dos Contratos Públicos, que é *ipsis verbis* o que disse na Assembleia Municipal descentralizada no Pinheiro da Bemposta e que não mereceu na altura nenhum reparo. Digo e mantenho porque é verdade, exatamente por aquilo - senhor deputado – que disse: A lei é fácil de fazer, a sua execução é que é mais complicada. É exatamente essa execução que temos vindo a sentir, não só os municípios como em muitas instituições públicas. E não me acenem, por favor, com a bandeira da Europa porque isso não é verdade. Há muitas diferenças no que é a execução de fundos públicos entre países europeus, e posso partilhar consigo alguns relatórios exatamente sobre isso. E dou-lhe se calhar o relatório que melhor espelha essa diferença, no que é a execução do Programa Horizonte 2020, com mais de sete mil milhões de euros destinados a investigação e desenvolvimento e que por obrigar a que existam consórcios entre entidades de diferentes países, tornou evidentes as realidades que muitos países vão sentindo, uns com agilidade na gestão dos mesmos fundos comunitários e outros com uma dificuldade terrível. E dou-lhe um exemplo muito simples: No mesmo projeto com os mesmos fundos europeus sujeitos às execuções das leis nacionais, a capacidade de execução é brutalmente diferente em tempo, em complexidade e em exigências e isso há diferentes relatórios que o documentam. Mantenho, *ipsis verbis*, a reflexão que fiz no global sobre o código. Só quem nunca trabalhou com ele, efetivamente, é que não sabe o que isso significa. O senhor Presidente de Câmara deu um exemplo, e eu vou-lhe dar ainda outro exatamente porque aquele código, tal como saiu gerava uma dificuldade gigante na execução de muitos fundos, logo a seguir para algumas entidades teve que haver excecionalidade às medidas, porque era simplesmente impossível executar projetos no período e nos calendários que exigiam. Isso, meus senhores, é uma realidade. Mas tenho que dizer mais: O Partido Socialista tem sido absolutamente coerente no que têm sido as

*suas posições e as suas votações. Senhor deputado: No final desta Assembleia, vou enviar-lhe um excerto do vídeo da Assembleia Municipal onde fizemos a aprovação das contas, onde o senhor disse que se não fosse pela Bancada do Partido Social Democrata se teria criado um grande problema, porque de facto nós não temos sido coerentes ao contrário do que o senhor falou. Vou-lhe enviar um excerto que tive oportunidade de recortar na altura, porque teria a certeza que mais cedo ou mais tarde ele seria necessário. Não o partilhamos no que poderiam ser as redes sociais, porque achamos que seria deselegante. Mas acho que é importante recordar e é por isso que o vou fazer. Nesse vídeo o que vai ver é o Partido Social Democrata a dizer com veemência que votará a favor das contas. Para logo a seguir a uma intervenção do Partido Socialista (cinco minutos depois) vir dizer com veemência que afinal votará contra. Para logo a seguir a uma nova intervenção do Partido Socialista dizer “afinal precisamos de algum tempo e vamos precisar de interromper a Assembleia para decidirmos o que é que vamos votar”. Para logo a seguir acabarem novamente a votar a favor. Não sei se o senhor se recorda disto, eu recordo-me, mas vou-lhe enviar o vídeo para que não se esqueça. E vou-lhe dar mais um exemplo: O Partido Socialista manteve sempre a sua coerência e justificou, como até aqui, todas as suas posições. Vou-lhe dar mais um exemplo, e aconselho-o a ler essa ata porque é uma perola. Foi a ata do “bem prega Frei Tomás”, sobre os impostos e a nossa posição sobre os impostos. Veja como os senhores se enganaram a votar os pontos do IMI. E como votaram contra o IMI familiar, exatamente, logo a seguir a terem dito que era importante votar a favor. Os senhores enganaram-se e nem se aperceberam, pode verificar nessa ata. E, portanto, quanto a coerência estamos, absolutamente, esclarecidos. Por último, relativamente à Escola de Fajões: Mantenho exatamente aquilo que disse. Não, o senhor desculpe: Não se pode vir aqui fazer um ponto de ordem e, depois, não aceitar a reposição da verdade. Relativamente à Escola de Fajões: Senhora Presidente, digo exatamente aquilo que disse. O que aconteceu foi a transformação de um assunto que não era político, num tema político. Foi exatamente isto que eu disse. E, tirando o que foi a citação sobre o Código dos Contratos Públicos em que foi fácil citar; Sobre todo o resto, o facto de nós colocarmos em causa a seriedade dos outros - nem uma citação o senhor utilizou, porque eu nunca disse nem pus isso em causa. Muito obrigado.”*

*=====*

*===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====*

*===== “Obrigado senhor deputado. Senhor Presidente: As questões foram concisas, e eu agradecia-lhe respostas rápidas e concisas. Obrigada.” =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

*===== “Em relação à intervenção do senhor deputado **Albino Martins**, sobre a sugestão de nós, enfim, admitirmos mais um motorista: Nós temos cinco motoristas, neste momento. Um deles está com licença sem vencimento; um que estava na Junta de Freguesia de Loureiro, chamámo-lo mas, entretanto, está de baixa; um dos motoristas, não tem a licença atualizada, está caducada. Temos no ativo dois motoristas e no quadro com a categoria profissional – motorista – temos cinco pessoas. Mas aquilo que importa é: Conforme lhe disse, de forma muito*

breve, nós temos que equacionar a forma como damos esta resposta. Porque mesmo com dois ou com três motoristas a pressão sobre esses motoristas é enorme. Se estivermos a falar, admitamos, de duas centenas de entidades que precisam de ver assegurados esses transportes, com três transportes por entidade estamos a falar de seis centenas de solicitações por ano distribuindo por esses três motoristas, estamos a falar de motoristas que não têm um único fim de semana disponível por ano. Isto é uma pressão familiar enorme, é isto que eles nos dizem, é isto que eles nos reportam. É evidente que depois trabalhando ao fim de semana temos que lhes dar dias de descanso durante a semana. O que é um facto, é que eles são privados da sua vida familiar, da sua disponibilidade ao fim de semana para estarem com as suas famílias. Esse é um assunto que nos preocupa. Naturalmente agradeço a sua sugestão, mas como lhe disse, esta é uma reflexão que temos que fazer em relação à forma com damos esta resposta. Portanto, eventualmente equacionar a forma como temos vindo a fazer este serviço público ao nosso movimento associativo e à comunidade de maneira geral. Em relação ao pedido de esclarecimentos adicionais da senhora deputada **Helga Correia**: O estudo realmente existe. É público que esse estudo existe, mas não foi apresentado publicamente e, portanto, não tenho condições para o disponibilizar. Gostaria muito de o fazer, mas é evidente que quem o está a fazer é o Instituto da Construção da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto está, enfim, a ultimar detalhes, a ultimar pormenores e muito brevemente anunciaremos uma data que queremos transformar num momento importante. A apresentação do estudo: Queremos transformá-la num momento simbólico, num momento político relevante e num momento de comunicação também, de chamada de atenção para a Linha de Vale do Vouga. A partir do momento em que esse estudo seja apresentado publicamente será do conhecimento público e poderemos “verter” sobre ele as considerações que muito bem entendermos. É evidente que esse estudo não será final, porque naturalmente terá um contributo da parte dos municípios, mas o estudo final dependerá naturalmente de quem tem a responsabilidade de gerir a infraestrutura. Os prazos para a reprogramação da Escola de Fajões: A reprogramação das verbas para a educação está feita. Essas verbas reprogramadas contemplaram quatro municípios da Área Metropolitana, o município de Oliveira de Azeméis é um deles, é aquilo que eu tenho para lhe dizer. E, portanto, agora dependemos naturalmente do Ministério da Educação sobre a concretização dessa reprogramação. Estamos à espera que ela aconteça. Aquilo que esperamos é que, eventualmente ainda em março ou abril, tenhamos concretizada essa reprogramação para que possamos avançar com as obras que apresentamos e nos comprometemos a fazer. Em relação à intervenção da senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Florabela Silva**: Na EDP não existe nenhum programa economicista. A EDP quer é que nós consumamos. O negócio da EDP é vender energia e portanto, não existe nenhum programa economicista que seja do nosso conhecimento. Portanto, essa situação é uma situação que deve comunicar, relate, envie para o município e nós intercederemos junto da EDP para que essa situação se resolva. Sinceramente, era do meu desconhecimento e naturalmente não queremos que isso aconteça. Em relação à questão da instalação de pontos de iluminação nos tanques públicos: Eu desconheço também

esse pedido. Se ele fizer sentido naturalmente será atendido. Se se verificar que há pessoas que vão à noite lavar roupa para os tanques públicos, fará todo o sentido mantermos essa tradição. Aquilo que eu pensei, é que essa tradição estava fortemente abandonada, porque muitos deles inclusive estão infelizmente em mau estado de conservação, porque eles fazem parte do nosso património identitário, do nosso património coletivo. Tenho muitas dúvidas que alguma das senhoras ou dos senhores presentes, se socorra desse expediente para a lavagem de roupa, mas é um facto que em algumas freguesias continua a haver essa prática. Portanto, se se justificar a instalação e por parte da Junta de Freguesia já verificamos que sim, então avançaremos para a instalação desses pontos de luz elétrica nos tanques. Em relação à intervenção do senhor deputado **Bruno Aragão**: Não tenho rigorosamente nada a dizer.” =====  
===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====  
===== “Eu sem querer prolongar a discussão e o assunto: A minha memória podia-me falhar naquilo que foi a questão das contas do ano de 2017. E, rapidamente, fui procurar a ata da Assembleia Municipal. Aquilo que o deputado Bruno Aragão disse, de facto é aquilo que objetivamente aconteceu. O que é que temos objetivamente? Tínhamos uma primeira intenção de votar a favor, que foi manifestada. O senhor Presidente da Câmara disse que havia um conjunto de intenções menos claras que existiam nas contas e nós, face a essa manifestação, o grupo municipal, fez a intenção de votar contra, e perante o esclarecimento do senhor Presidente que essas eventuais irregularidades ou desacertos não se referiam ao ano 2017, mas ao ano 2018 – nós responsabilmente invertimos a posição, depois de falarmos todos e votamos a favor. Esta é a questão que está, veja a intervenção do meu colega Albino Martins que diz exatamente isso. E, repare que após a prestação de informações, o Eng.º Joaquim Jorge lembra-se perfeitamente, após aquele esclarecimento, foi nessa base que nós pedimos a interrupção responsabilmente para ponderar a situação e votamos a favor. O que é facto, é que os senhores não obstante da posição de dizer que votavam a favor, é que votaram contra. Nós não fizemos nenhuma inversão, fizemos uma inversão sobre determinados aspetos. Vocês abstiveram-se, o que para mim nesta situação, é quase votar contra. Vamos ver uma coisa: Vamos ser responsáveis. O que é que aconteceria se nós nos abstivéssemos? O que é que aconteceria? As contas não eram aprovadas. E isso é que nós queremos fazer de facto essa ressalva. É de facto verdade que nós alteramos a posição, mas alteramos a posição dentro de um critério que está perfeitamente definido. Aliás, o senhor Presidente da Câmara lembra-se perfeitamente disto. Nós, responsabilmente, quando nos disseram que as situações se reportavam a 2018, vamos agora ver na prestação de contas... Evidentemente que não tínhamos nenhuma razão para inverter a nossa posição votando contra até, porque nessas situações tomamos conhecimento delas na própria Assembleia. É isto que eu quero que fique claro. Muito obrigado.” =====  
===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra à senhora **Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes**, Florbela Silva. =====



*Presidente, é que queríamos fazer aqui história... Pela primeira vez queríamos votar favoravelmente estas contas. Uma oposição a votar favoravelmente nas contas não era normal. Ia ser este ano feita história. O Senhor Deputado Bruno Aragão, deu-nos argumento para voltarmos atrás, vamos retroceder e votar contra estas contas.” Isto é o que está na ata, tal como disse. Foi esta a razão que vos fez inverter a vossa posição, foi a intervenção do Partido Socialista. Muito obrigado senhora Presidente. Só para ficar claro.”* =====

*===== De seguida, a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** informou sobre o tempo utilizado pelos intervenientes no “Período Antes da Ordem do Dia”, a saber: PS, 27 minutos e 44 segundos; PSD, 32 minutos e 13 segundos; CDS/PP, 12 minutos e 20 segundos. =*

*===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====*

*===== Seguindo os trabalhos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao Período da Ordem do Dia.=====*

*===== **Ponto um: Aprovação das Atas: nº 10 e nº 11, Sessão Extraordinária de 15 de dezembro de 2018; Sessão Extraordinária de 25 de janeiro de 2019;** =====*

*===== Presente para aprovação as atas nºs 10 e 11 - Sessão Extraordinária de 15 de dezembro de 2018 e Sessão extraordinária de 25 de janeiro de 2019, respetivamente; =====*

*===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

*===== Colocadas à votação, as atas nºs 10 e 11 das Sessões Extraordinárias da Assembleia Municipal realizadas em 15.12.2018 e 25.01.2019, respetivamente, foram aprovadas por unanimidade. =====*

*===== **Ponto dois: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;** =====*

*===== Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== “Senhora Presidente, como habitualmente, a informação foi disponibilizada e estarei aqui para prestar qualquer esclarecimento que seja necessário.” =====*

*===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

*===== A Assembleia tomou conhecimento e apreciou a referida informação. =====*

*===== **Ponto três: Informação sobre a situação económica e financeira reportada a 30/06/2018- Parecer da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (I/9007/2019) - Apreciação;** =====*

*===== Presente o relatório de informação sobre a situação económica e financeira do Município de Oliveira de Azeméis, reporte a 30/06/2018, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.=====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*



grande desfasamento entre aquilo que nós projetamos fazer e aquilo que nós conseguimos efetivamente fazer. Não estou a atribuir responsabilidades a ninguém. Não estou a culpar ninguém. Estou a dizer que isto é uma realidade. E é uma realidade que nós temos que alterar. Aquilo que nós todos desejaríamos é que o orçamento municipal tivesse ao nível dos investimentos 75%, 80%, 85%, 90% de concretização, porque, o que nós assistimos é a uma incapacidade coletiva em concretizar aquilo a que nos propomos fazer. É muito recorrente no nosso município, contrariamente ao que acontece em outros municípios, nós termos níveis de execução do orçamento de 50%, 60% e essa é uma situação que nós temos de melhorar. Naturalmente que isso passa pelos contributos, pelas transferências que fazemos para as IPSS's e para as instituições sem fins lucrativos. É preciso perceber que as instituições vivem fundamentalmente das transferências correntes e não das transferências de capital. As transferências de capital apoiam os projetos dessas instituições que, se não acontecerem, naturalmente, é muito difícil termos transferências de capital. Mas o que é importante é que, nas transferências correntes, existam condições para que elas venham a ser reforçadas, como aconteceu nas transferências para as Juntas de Freguesia, onde transferimos mais cento e trinta mil euros (130.000,00€), percebendo nós que, mesmo esses cento e trinta mil euros (130.000,00€), ficaram muito aquém daquilo que são as necessidades das Juntas de Freguesia. Se perguntarmos aos senhores presidentes se isso chega, eles imediatamente diziam, em unísono, que é muito pouco e que precisavam muito mais. A mesma coisa se passa com as IPSS's e com as Instituições sem fins lucrativos. Portanto, aquilo que eu posso garantir é que estamos atentos às suas necessidades, somos sensíveis às suas necessidades e naturalmente, caso nos sejam apresentados projetos, estamos disponíveis para os analisar. Dentro daquilo que é a nossa disponibilidade, que é reforçada com muita vontade, naturalmente ajudaremos a concretização desses projetos.”

===== A Assembleia tomou conhecimento e apreciou a referida informação. =====

===== **Ponto quatro: Relatório do Ambiente Acústico, 3.<sup>a</sup> edição, anos de 2017 e 2018 (I/68078/2018) - Conhecimento e Apreciação;** =====

===== Presente o Relatório do Ambiente Acústico, 3.<sup>a</sup> edição, anos de 2017 e 2018, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== “Nós temos a obrigatoriedade legal de apresentar à Assembleia Municipal de dois em dois anos um relatório sobre o estudo do ambiente acústico municipal. É isso que estamos a fazer, dar cumprimento a essa obrigatoriedade legal.” =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Assembleia tomou conhecimento e apreciou o referido documento. =====

===== **Ponto cinco: Relatório anual de avaliação da atividade da CPCJ, relativo ao ano 2018 - Apreciação;** =====

===== *Presente o Relatório anual de avaliação da atividade da CPCJ, relativo ao ano de 2018, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. =====*

===== *Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====*

===== *“Este relatório é enviado anualmente para a Assembleia Municipal para que possa ser apreciado.” =====*

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== *“Apenas sublinhar a importância do papel que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens desempenha no nosso Concelho, ao nível da negligência, do absentismo e do abandono escolar e violência doméstica. É importante que todos tenhamos a oportunidade de, através deste relatório que nos é enviado pela Comissão, tomarmos conhecimento daquilo que é o seu trabalho e a relevância desse trabalho (olhando para o número de casos que anualmente surgem, número de casos que anualmente são resolvidos).” =====*

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

===== *A Assembleia tomou conhecimento e apreciou o referido documento. =====*

===== ***Ponto seis: Proposta da segunda alteração à Área de Reabilitação Urbana do Centro de Oliveira de Azeméis (I/78119/2018) - Aprovação;** =====*

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “ Considerando: O Regime Jurídico de Reabilitação Urbana (RJRU) estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 agosto, determina no artigo 7.º, que a reabilitação urbana em área de reabilitação urbana é promovida pelos municípios através da delimitação de áreas de reabilitação urbana e respetiva operação de reabilitação urbana; A possibilidade de alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) estabelecida no n.º 6 do artigo 13.º do RJRU; Que a alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, como estabelecido no n.º 1 do artigo 13.º do RJRU; A proposta de alteração da ARU surge para incentivar a reabilitação urbana em áreas degradadas nos limites da atual delimitação da ARU do Centro da Cidade e na necessidade da beneficiação dos sistemas de infraestruturas urbanas; A proposta consubstancia-se na inclusão de duas pequenas áreas que não alteram os objetivos estratégicos da anterior delimitação, constantes na operação de reabilitação urbana (ORU), materializada no Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (Diário da República, 2.º Série, n.º 180 de 19 de setembro, Aviso n.º 11440/2016), não se procedendo à alteração da ORU; Com base no exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere sobre: 1. Proposta de alteração da Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro da Cidade de Oliveira de Azeméis.” ==*

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== *“Trata-se de alargar a Área de Reabilitação Urbana que nós designamos para a reabilitação urbana da cidade passando a incluir estas artérias aí referidas. É incluir zonas que achamos que faz sentido que passem a constar na Área de Reabilitação Urbana da Cidade por*

serem zonas que têm edificado que importa requalificar e reabilitar. Portanto, estamos a submeter à vossa consideração essa ampliação. Estamos a falar da zona do Antigo Asilo - Antigo Lar Pinto de Carvalho, da envolvente do Arquivo Municipal e da Rua 25 de Abril que tem ali um conjunto de casas com azulejos. Havendo intenções de privados em as requalificar temos de criar essas condições. Não havendo essas intenções, nós temos de através deste instrumento incentivá-los a fazer essa reabilitação. Portanto, é uma alteração da área de influência da nossa ARU Cidade que nós queremos ver alargada a estas duas zonas também da cidade.” =====  
 ===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Susana Mortágua e Albino Martins. =====  
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora **Susana Mortágua** - Presidente de União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca. =====  
 ===== “Cumprimentar a Senhora Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa cumprimentar todas as pessoas presentes neste auditório e as que nos acompanham lá em casa através da Azeméis TV. As Áreas de Reabilitação Urbana, criadas ao abrigo do Decreto-Lei nº 307/2009, tem como objetivo a regeneração urbana de centros históricos, zonas ribeirinhas ou zonas de conversão de zonas industriais abandonadas. São instrumentos que podem impulsionar investimento privado na renovação dos nossos espaços públicos. No Concelho de Oliveira de Azeméis, verifica-se que existem duas Áreas de Reabilitação Urbana (uma no Centro de Oliveira de Azeméis e outra para a zona do Centro Vidreiro). Não posso deixar de reparar que o Pinheiro da Bemposta, com o potencial histórico que tem, não mereceu ainda esta distinção. Considero que dada a importância histórica do Pinheiro da Bemposta, seria importante criar uma ARU para esta zona e seria um sinal de que a Câmara Municipal, para além da preocupação de regeneração do Centro Urbano da Cidade de Oliveira de Azeméis, também está sensível à importância de levar estes instrumentos para outras zonas do concelho onde se justifica, claramente, também a sua aplicação, como é o caso da Zona Histórica da Bemposta. Toda a área do Pinheiro da Bemposta que está classificada no PDM como zona de salvaguarda patrimonial mereceria a classificação de área de reabilitação urbana. Como se sabe, este instrumento possibilita o acesso a benefícios fiscais relevantes para os investidores. Compete à Câmara Municipal, tal como é dito no PDM, nas áreas de salvaguarda dos núcleos urbanos individualmente, ou em parceria, elaborar instrumentos de reabilitação e/ou de regeneração urbana. Porquê, então, não aplicar esta medida no Pinheiro da Bemposta? Falando agora um pouco do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no Pinheiro da Bemposta: Ao longo do ano passado temos dado especial atenção à Bemposta. A importância da história do Pinheiro da Bemposta é transversal a todos os Pinheirenses. E deve ser também a todos os Oliveirenses. Ao longo deste ano desenvolvemos e aprofundamos um trabalho com o valioso contributo do arquiteto Luis Melo, sem o qual não seria possível o lançamento de um livro fundamental para a divulgação do património do Pinheiro da Bemposta. Este livro foi o culminar de um trabalho árduo, mas trabalho esse que não se ficou por esta publicação. Promovemos visitas guiadas.

*Trouxemos o evento “Bemposta Manuelina” ao Centro Histórico da Bemposta, com o objetivo de levar as pessoas a conhecerem aquilo que de melhor temos na nossa terra. No próximo mês de março realizar-se-á uma apresentação que desvenda um pouco mais sobre a nossa história, desta vez incidindo sobre o legado de Figueiredo. Este trabalho está a ser desenvolvido, pois consideramos que todos os projetos/ intervenções, sobretudo no que se refere às nossas zonas históricas, devem ser realizadas com o conhecimento e aprofundamento da nossa história. Só assim estaremos a intervir com consciência no nosso património. Nós temos feito este esforço e continuaremos a seguir este caminho de descobrir a nossa história e de a divulgar a todos. Esta semana começou a ser aplicada a sinalética histórica na Bemposta. Uma obra que resultou de um projeto da Junta de Freguesia que contou, mais uma vez, com o trabalho e empenho do arquiteto Luís Melo, autor das inscrições, e teve o apoio que reconhecemos e agradecemos da Câmara Municipal na aquisição dos equipamentos e na sua aplicação. São passos importantes no sentido da valorização do nosso património. Mas não ficaremos por aqui, continuaremos a trabalhar e esta proposta de criação de uma ARU para a área que se encontra já definida em PDM como Área de Salvaguarda Patrimonial, gostaríamos também de a ver classificada como Área de Reabilitação Urbana. A reabilitação urbana apresenta um conjunto de vantagens em termos urbanísticos e por isso deve ser estimulada. O Município tem de ter um papel ativo na sua concretização, mas se tiver a participação dos diversos agentes, proprietários, arrendatários, promotores na reabilitação destes núcleos, poderá ser o caminho mais expedito e mais sustentável. Todas as ações devem ser concertadas face a uma estratégia de intervenção global para estes núcleos urbanos, sem a qual corremos o risco das intervenções não passarem de obras de restauro ou de beneficiação de imóvel perante uma postura passiva dos restantes agentes territoriais. O Núcleo Urbano do Pinheiro da Bemposta está identificado no nosso PDM (tal como já referi) como uma Área de Salvaguarda Patrimonial. Seria importante agora dotar estas áreas de instrumentos que estimulem a sua regeneração urbana e que esta regeneração seja acompanhada pelo investimento estratégico da Câmara Municipal. A criação de uma ARU, abrangendo este núcleo com valores patrimoniais inquestionáveis, é uma medida espoletadora de investimento. A delimitação desta nova área teria como principais objetivos a valorização do edificado e a requalificação do espaço público. O fim? Beneficiar estes lugares com todo o potencial histórico e turístico que apresentam. Muito obrigada.”* =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Deputado **Albino Martins**, do PSD. =====*

*===== “Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara. Na sessão temática da nossa responsabilidade que se realizou em Ossela em 29 de setembro e que versou a reabilitação urbana ficou bem clara a nossa posição sobre esta matéria e o quanto a consideramos estratégica e prioritária. Portanto, fique desde já claro que nada temos a opor a medidas que tenham por objetivo viabilizar a reabilitação de zonas degradadas do núcleo urbano da cidade. Como se pode ler na fundamentação desta proposta, a ARU - Área de Reabilitação Urbana de Oliveira de Azeméis está em vigor desde abril de 2014, tendo tido uma*

*alteração única, pouco tempo depois da publicação, para incluir a nova centralidade da zona escolar e desportiva e a localização das vias estruturantes da cidade. De forma que nos parece mais avulsa surgem agora estas duas propostas A e B muito limitadas que apenas podem resolver situações pontuais, podendo deixar de fora outras próximas, em circunstâncias idênticas. Não nos opondo a estes alargamentos da ARU, alertamos para precedentes que possam estar a abrir-se: amanhã se outras propostas de reabilitação surgirem em idênticas circunstâncias, mesmo que pontuais, não há como impedi-las. Ao invés, não devia a Câmara Municipal verificar todas as situações passíveis de ampliação nos limites da ARU e, de uma vez por todas, fechar esses limites? (Pelo menos por alguns anos).”* =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores.=====*

*===== “Em relação à intervenção da Senhora Presidente de Junta de Freguesia - Susana Mortágua: Nós estamos a trabalhar na ARU do Pinheiro da Bemposta. Aquilo que vamos fazer, a curto prazo, é confrontar a Senhora Presidente da Junta com o trabalho que está a ser feito para depois recolhermos o seu contributo, no sentido de criarmos nesta zona uma ARU que permita aceder a esses instrumentos que existem de financiamento, para a reabilitação urbana, como é caso do IFRRU – Instrumento Financeiro Reabilitação e Revitalização Urbanas. Aquilo que resultou do trabalho do Gabinete de Apoio Técnico na zona da Bemposta para nós é um trabalho fundamental. Tudo aquilo que descreveu é verdade. Existe ali, para além daquilo que a história nos obriga a preservar, a municipalidade que nasceu nessa região e, sobretudo, a marca identitária que existe ainda, felizmente, associada a essa região. E isso, só por si, merece que estejamos atentos e trabalhemos rapidamente para criar ali um instrumento que permita incentivar fiscalmente eventuais investidores que estejam interessados em apostar na requalificação e na regeneração dessa importante zona do nosso Concelho. Portanto, agradeço esse contributo. Agradeço a manifestação dessa sua preocupação que coincide com a nossa. Precisamente por isso é que nós estamos a trabalhar nessa ARU, reconheço, não com a disponibilidade que gostaríamos. A equipa de planeamento da Senhora Vereadora Ana de Jesus tem, neste momento, um conjunto enorme de desafios, nomeadamente os que se referem à alteração de um conjunto de Regulamentos Municipais que precisam de adequação àquilo que é a nova legislação e temos também um processo de alteração e revisão do PDM, que é um trabalho que “consome” muitos recursos humanos que temos disponíveis na Autarquia. Mas, esse trabalho está a ser feito e está a ser conciliado na criação dessa ARU na Bemposta – Pinheiro da Bemposta, que é muito importante para a Freguesia e muito importante para o nosso património histórico. Em relação à intervenção do professor Albino Martins: As ARU’s não são elementos estáticos e imutáveis, podem evoluir, podem evoluir à medida que nós entendamos e à medida que nós percecionemos a importância de alargar a sua área de influência. Foi isso que aconteceu neste caso. Foi isso que aconteceu também com a ARU do Parque de La-Salette ou ARU do Centro Vidreiro que por exemplo não incluía a própria Estalagem. Todos nós percebemos que é muito importante incluir esse equipamento na Área de Reabilitação Urbana*

*do Parque de La-Salette (Centro Vidreiro), na perspetiva de que, para eventuais investidores nessa Estalagem, é absolutamente fundamental que existam incentivos fiscais que potenciem esse investimento. Portanto, eu não acho que nós devamos ter essa visão de que as ARU's têm que estar estabilizadas durante muitos anos. O Executivo anterior teve uma perceção à definição dessas ARU's, teve necessidade de muito pouco tempo depois, como disse, de a alargar à Zona Desportiva e acho que fez todo o sentido fazê-lo, muito sinceramente, porque se não tivesse tido essa perceção, essa zona ficaria excluída. Teríamos ali uma limitação para aquilo que são os investimentos que pretendemos que se concretizem nessa zona. Portanto, é o que está a acontecer. Neste caso é património importante que achamos que deve ser preservado, que deve ser reabilitado. Estamos a criar mecanismos para incentivar os privados a fazer essa reabilitação. O que esperamos é que, em função desta vossa autorização, tenhamos esses equipamentos, esse património a ser devidamente requalificado. É isso que nós desejamos, com esta proposta que vos apresentamos. Muito obrigado.”* =====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto sete: Minuta de Contrato Interadministrativo de apoio Financeiro com a Freguesia de Macieira de Sarnes (I/7607/2019) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “ Considerando: - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º 2 do artigo 7.º e no n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; - Que as autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - Que as Juntas de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; - O teor do email da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes, (E/3124/2019); - Que a Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes é proprietária do terreno do Campo do Viso; - A competência atribuída à Câmara Municipal no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos; - Que as freguesias, dada a sua maior proximidade aos problemas locais, são agentes com capacidade acrescida para identificar as necessidades das populações resultando daí ganhos de eficiência e de economia; - Que a celebração do presente Contrato contribui para a consolidação da democracia participada e de proximidade e beneficia as populações, bem como reforça os princípios de solidariedade financeira vertical e horizontal entre diferentes níveis da Administração; - A necessidade de tornar mais célere, eficiente e eficaz a operacionalidade e provisão de bens públicos municipais, em resultado do acréscimo de novas competências decorrente do novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, e não obstante o reforço de meios financeiros não permitir acompanhar estas novas responsabilidades, justifica que o município estabeleça formas de apoio financeiro para o pleno exercício das competências das freguesias; - Compete à Assembleia Municipal “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; - O cumprimento

das regras quanto ao cabimento e compromisso orçamental da despesa, no respeito pelo estabelecido na Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho e posteriores alterações; Ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do art.º 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e pelos fundamentos e demais disposições legais invocadas; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1, 2 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DLn.º 18/2008 de 29 de janeiro alterado e republicado DL n.º 111-B/2017 de 31 de Agosto; - A designação do Eng. Rogério Miguel Marques Ribeiro, como Gestor do Contrato; Propõe-se: - Ao abrigo da alínea j), número 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e pelos fundamentos e demais disposições legais invocadas, a aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo de Apoio financeiro (documento este que fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas) com a freguesia de Macieira de Sarnes Os encargos resultantes do presente contrato interadministrativo estão suportados em termos orçamentais, com o compromisso de fundo disponível n.º 468/2019, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações, e que se - Remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citados.”

=====  
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

=====  
 ===== ” Isto é um apoio financeiro de cinco mil euros (5.000,00€) à Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes para a reconstrução de um muro, no Campo do Viso - Futebol Clube Macieirense, que ruuiu.” =====

=====  
 ===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

=====  
 ===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração da minuta de contrato interadministrativo de apoio financeiro com a freguesia de Macieira de Sarnes. =====

=====  
 ===== **Ponto oito: Minuta de Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara (I/11149/2019) - Aprovação;** =====

=====  
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A necessidade de reformular o atendimento descentralizado numa perspetiva de eficácia e eficiência e eficácia dos serviços do Município; - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações (no n.º 2 do artigo 7.º e no n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); - Que as autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - Que as Freguesias/Uniões de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; - Que o Estado, as autarquias locais e as entidades intermunicipais articulam entre si, nos termos do art.º 4.º a prossecução das respetivas atribuições, podendo, para o efeito, recorrer à delegação de competências nos termos do art.º 116.º e seg da Lei n.º 73/2013 de 12 de setembro e posteriores

alterações; - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população e a racionalização dos recursos disponíveis (art.º 118.º da Lei 73/2013 de 12 De setembro e posteriores alterações); - A competência atribuída à Câmara Municipal no que respeita às suas relações com outros órgãos; -- Que as freguesias, dada a sua maior proximidade aos problemas locais, são agentes com capacidade acrescida para identificar as necessidades das populações resultando daí ganhos de eficiência e de economia; - O Programa nacional global e integrado de modernização, simplificação e desburocratização administrativa - DL n.º 135/99, de 22.04 e respetivas alterações e Simplex +; - A possibilidade de delegação de competências por via de contratos interadministrativos, totalmente livres quanto à sua negociação e concretização; - O disposto no art.º 124 e seguintes do Anexo I, à citada Lei n.º 75/2013; - Que os órgãos e serviços da Administração Pública colaboram entre si e prestam auxílio mútuo na prestação de serviços de atendimento ao cidadão; - Que compete à Assembleia Municipal “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; -As regras contidas nos art.ºs 336º, 337º e 338º do CCP, designadamente no: ”N.º 1 - As disposições da parte iii do Código dos Contratos Públicos não são diretamente aplicáveis aos contraentes públicos que contratam entre si num plano de igualdade jurídica, segundo uma ótica de harmonização do desempenho das respetivas atribuições; N.º 2 - O disposto no número anterior não impede a aplicação, com as adaptações necessárias, do regime substantivo dos contratos administrativos aos contratos celebrados entre contraentes públicos pelos quais um deles se submeta ao exercício de poderes de autoridade pelo outro”; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1, 2 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B, n.º 1 do referido CCP (aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro alterado e republicado pelo DL n.º 111-B/2017 de 31 de Agosto; Que na sequência da aprovação em 26.06.2018 pela CM da minuta, foi celebrado com a Freguesia de Fajões idêntico Contrato, com o mesmo objeto e fins; A designação do trabalhador José Augusto Santos Correia como Gestor do Contrato; Propõe-se: A aprovação da minuta do Contrato interadministrativo (documento esse que fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas), a celebrar com a Freguesia de São Martinho da Gândara; - Que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citados.”

=====  
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====  
 ===== “Senhora Presidente, Senhores Deputados, este Executivo decidiu descentralizar os serviços do gabinete de Atendimento ao Município (GAM), estendendo-os às nossas freguesias, facilitando assim o acesso dos munícipes a estes serviços. A generalidade das freguesias aceitou esta competência e estamos aqui perante mais um caso de uma freguesia (Freguesia de S. Martinho da Gândara) que aceitou aderir a este GAM descentralizado, faltando apenas a freguesia de Ossela. Muito obrigado.”=====

=====*Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.*=====

=====*A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração da minuta de contrato interadministrativo de delegação de competências com a Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara.* =====

=====***Ponto nove: Minuta de Adenda (genérica) ao Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar com Freguesia / União de Freguesias (I/11191/2019) - Aprovação;*** =====

=====*Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que foi aprovada a minuta do contrato interadministrativo de cooperação com o objetivo de definir os termos e condições da instalação e funcionamento do atendimento descentralizado na Freguesia/União de Freguesias, de Loureiro, Carregosa, Cesar, Macieira de Sarnes, S. Roque e União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo e União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca, face a necessidade de reformular o atendimento descentralizado numa perspetiva de eficácia e eficiência dos serviços (pela Camara Municipal em 10/12/2018 e pela Assembleia Municipal em 15/12/2018), e freguesia de Fajões em reunião da CM de 28/06/2018/ e na AM de 30/06/2018, cujo contrato foi assinado em 09/07/2018. - O teor da Informação Interna I/11122/2019, do GAM, na qual solicita a alteração da cláusula Terceira (alíneas e) pontos i. e ponto v. ) tal como a cláusula Quarta (alínea d) pontos i. e ponto ii., alínea e). nos pontos i., ii. e iii.) do referido Contrato interadministrativo, nos termos e fundamentos nele constantes; - Que na sequência do mesmo e em função dos documentos apresentados, há intenção de alteração da redação do referido Contrato Interadministrativo; Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DLn.º18/2008 de 29 de janeiro alterado e republicado DL n.º111-B/2017 de 31 de Agosto, tendo em conta o objeto do contrato; A designação do trabalhador José Augusto Santos Correia como Gestor do Contrato (art.º 290.ºA do CCP). Propõe-se: Ao abrigo da alínea j), número 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e pelos fundamentos e demais disposições legais invocadas, a aprovação da minuta da Adenda ao Contrato Interadministrativo de cooperação (documento esse que fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas), com a freguesia de Fajões, de Loureiro, Carregosa, Cesar, Macieira de Sarnes, S. Roque e União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo e União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca; - Remeta-se à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citados.”* =====

=====*A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

=====*“Este ponto está relacionado com o ponto anterior. Na sequência desta assunção de competências por parte das Juntas de Freguesia, elas eram obrigadas a entregar semanalmente o dinheiro que recolhia dos municípios. Aquilo que estamos a fazer é a facilitar um pouco este processo e a transformar essa obrigatoriedade numa obrigatoriedade mensal ou*

*a partir do momento em que as verbas arrecadadas excedam os mil euros (1.000,00€). Trata-se apenas e só da introdução de uma formalidade que facilita a vida das Juntas de Freguesia.”* ==  
 ===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====  
 ===== *A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====  
 ===== **Ponto dez:** *“Relatório de Ponderação dos Resultados do Período de Discussão Pública” do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 a 6 do Artigo 89º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial-RJIGT) (I/8684/2019) - Aprovação;* =====  
 ===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Em reunião pública da Câmara Municipal realizada no dia 25 de outubro de 2018 foi deliberado aprovar a proposta de Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de Oliveira de Azeméis e proceder à abertura de um período de discussão pública, pelo prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados 5 dias úteis após a publicação do Aviso em Diário da República. O período de discussão pública decorreu entre os dias 5 de dezembro de 2018 e 17 de janeiro de 2019, inclusive. Decorrido o período de discussão pública impõe-se, agora, dar cumprimento ao disposto nos n.ºs 3 a 6 do Artigo 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio, submetendo, à apreciação superior, o Relatório de Ponderação dos Resultados do Período de Discussão Pública e o seguimento da respetiva publicitação. Conforme consta do Relatório de Ponderação da Discussão Pública, que se junta em anexo, decorrido o referido período não se rececionou quaisquer reclamações, observações ou sugestões, pelo que, a proposta de Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território não sofreu alterações. Considerando o supra exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere o seguinte: 1. Apreciar e aprovar o "Relatório de Ponderação dos Resultados do Período de Discussão Pública" do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território; 2. Proceder à divulgação, através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e da respetiva página institucional da internet, bem como, através da afixação de aviso nos lugares de estilo, dos resultados do período de discussão pública, nos termos do n.º 6 do Artigo 89.º do RJIGT; 3. Remeter, a versão final da proposta de Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de Oliveira de Azeméis à Assembleia Municipal para aprovação, ao abrigo e nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 189.º do RJIGT. Junta, em anexo: “Relatório de Ponderação dos Resultados do Período de Discussão Pública” do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território; A versão final da proposta de Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território. (documentos esses que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas).”* =====  
 ===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====



*Municipal vai ver aumentada, já durante este ano, a receita de impostos cobrados com base nos lucros das empresas; Segundo – em regime de crescimento económico e com taxa de emprego praticamente nula, a Câmara Municipal vê aumentada as receitas de IRS dos trabalhadores Oliveirenses; Terceiro – 5% de IRS pago pelos oliveirenses vai para o cofre do Município. A Câmara Municipal podia ter feito, mas não fez, reduzir uma parte deste IRS e aliviar a carga fiscal aos munícipes. Conclusão: Com todos estes resultados e proveitos gerados, a Câmara Municipal não se propõe, efetivamente, reinvestir uma parte destas receitas no próprio tecido económico para melhorar as condições das atividades económicas. Mantemos o que afirmámos na assembleia em que discutimos o Orçamento e o PPI. Destacamos o muito reduzido investimento na criação de novas áreas empresariais e infraestruturização e qualificação das zonas industriais existentes. Senhor Presidente, espero que ainda estejamos a tempo de alinhamento e de uma nova política mais amiga da economia, mais amiga da qualificação do território, mais amiga dos empresários. Muito obrigado.”* =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS.=====*

*===== “Muitas vezes o Partido Socialista traçou um cenário difícil do que foi a gestão pública do Concelho em Oliveira de Azeméis. Muitas vezes refletimos sobre as dificuldades que enfrentamos, sobre o tempo que perdemos, mas sobretudo sobre os desafios a ultrapassar e o tempo que necessitaríamos. Muitas vezes fomos acusados de ser do contra, de exagerar uma realidade que apenas nós veríamos, de exacerbar problemas e, sobretudo, de não apresentar alternativas. Quase sempre quiseram ver nisso um mero exercício de oposição, o esforço para criar casos, para fazer ruído ou ser destrutivo. Talvez por isso mesmo, mais de um ano depois, continuam alguns espantados por continuarmos a fazer exatamente o mesmo, mas agora com o suporte reconhecimento de todos. Neste tempo, sempre que sinalizamos problemas e dificuldades, não mais nos acusaram do mesmo discurso catastrofista e de ver o que agora todos veem. Afinal, “Bem prega Frei Tomás”. Por tudo isto e porque sempre dissemos, o que nos move é a oposição aos problemas e a resposta aos desafios, o relatório que agora conhecemos e discutimos tem tristemente esta virtude: Sistematizar e documentar muito do que sempre dissemos, hoje não é o Partido Socialista a dizê-lo é este relatório. Atrevo-me a antecipar que não será apenas o Partido Socialista a concordar com ele e a rever nele muito dos assuntos que ao longo destes anos trouxemos a estas Assembleias e muitos dos dados, mesmo com boicote deliberado, que aqui projetamos. Por isso mesmo, sem necessidade de mais comentários ou reflexão, limito-me a citar as muitas conclusões que se vão lendo ao longo do relatório. Como dizia - já não é o PS que o diz, apenas cita, “1 - Quando procedemos à análise da evolução da população no concelho, nos últimos 30 anos, constatamos que o fenómeno de decréscimo populacional intensificou-se entre 2001 e 2011. Decrescemos a um ritmo maior do que o País e Região. 2 - A tendência de envelhecimento demográfico é uma realidade também sentida na região e em Portugal. Contudo, Oliveira de Azeméis está num ritmo mais acelerado. 3 – Num Município de cariz fortemente industrial, como Oliveira de Azeméis, a tendência de diminuição*

*das licenças de construção em espaços de atividades económicas, poderá indiciar um abrandamento da dinâmica empresarial, a instalação de novas unidades empresariais ou industriais em outras categorias de solo, menos vocacionadas para esta função, até porque continua a haver escassez de solo industrial atrativo, ou seja, devidamente infraestruturado, próximo dos eixos viários principais, com boas acessibilidades e adequado espaço público e com valores de solo competitivos. 4 – Dos dois ARU, um só foi delimitado em 2018, o do Centro Vidreiro. 5 – No que toca às intervenções de reabilitação em espaço público, e dos dados recebidos de outros, há a registar apenas dois: parque radical e via pedonal e ciclável.” Penso que não será necessário lembrar - e aqui sou eu que o digo – a posição do concelho na execução de fundos para a reabilitação urbana. “ 6 – Das prioridades das unidades operativas de Planeamento e Gestão definidas no Regulamento do PDM, a esmagadora maioria está por cumprir. 7 – Sobre a proporção de alojamentos servidos com abastecimento de água e com drenagem de águas residuais, comparativamente com a região norte e Portugal Continental, demonstram que Oliveira de Azeméis está aquém dos valores regionais e nacionais e com uma tendência evolutiva estagnada.” Novamente expressão minha - Como tantas vezes dissemos que aconteceria com o contrato de concessão que, alguns, alegremente aprovaram. “8 – Ao longo destes quatro anos, não se iniciou qualquer procedimento para a execução da rede viária programada no Plano Diretor Municipal. 9 – Demonstração das toneladas recolhidas anualmente, assim como as toneladas por habitante, e estes valores demonstram que não tem havido uma redução de resíduos sólidos urbanos por habitante, indicador preocupante. A oferta de alojamento turístico em Oliveira de Azeméis é parca. Em 2016 - dados do INE - os alojamentos turísticos de Oliveira de Azeméis registaram uma taxa de ocupação/cama de 34%.” Sobre a concretização dos objetivos do PDM 2013, o que mais se lê nas respetivas tabelas é - e continuo a citar: “Não foi iniciado qualquer procedimento de elaboração destes instrumentos de gestão territorial. Porém não se verificou o início de nenhuma das ações previstas. A regularização e qualificação do tecido empresarial do Concelho não está a acontecer, como aqui já foi dito, assim como o devido ordenamento do território. A rede viária prevista não tem sido executada. Para este espaço ainda não foi elaborado um instrumento de programação.” E isto lê-se repetidas vezes. “Não foi delimitada qualquer zona sensível em sede de um conjunto de instrumentos. A análise da Carta de Ordenamento permite verificar que dos vários percursos pedonais e cicláveis, apenas um se executou.” Minhas senhoras e meus senhores, este é o resumo de um relatório bem documentado, cuja leitura aconselho vivamente. Hoje ninguém nega de facto a realidade, pelo menos isso. Assunção de responsabilidades, já não pedimos mas exigimos. Não podemos deixar de exigir a honestidade e a seriedade de não acharem, como agora acham, que este estado de coisas se muda num ano ou em quatro. De acharem que é possível priorizar tudo. De confundirem a seriedade política de ter que adotar prioridades com o desinvestimento em áreas igualmente importantes e que deviam ser também prioritárias. De confundirem ou quererem confundir a ausência de compromissos, que sabemos que não podemos honrar, com a falta de ideias e do esforço para os alcançar. E, no fim de tudo isto, só podemos*

*lamentar, de facto, o estado a que chegamos e o esforço que coletivamente teremos de fazer. A ausência de dinamismo, que hoje todos reconhecem, a perda de centralidade, a estagnação na capacidade de atrair mais empresas e pessoas é o resultado sistémico de muitas políticas que abandonamos. Como sempre dissemos: Seríamos nós, todos os oliveirenses, a pagá-lo. Mas também seremos nós, e isso nos alenta, todos os oliveirenses, a resolvê-lo. E não haja ilusão sobre o tempo que precisaremos para isso. Não vamos mentir, mas também não vamos permitir que outros o façam. Muito obrigado.”* =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

*===== “Vou ser muito breve. Ouvei com atenção a intervenção do deputado Bruno Aragão. Se eu chegasse mesmo agora a esta Assembleia Municipal, diria claramente que isto é um discurso de oposição. Nós temos vindo a assistir por parte da bancada do PS quase um julgamento de tudo o que é passado. Evidentemente que o passado não é totalmente bom nem totalmente mau. Eu já aqui referi que há coisas do passado relativamente às quais estou em desacordo e o tempo encarregou-se de dizer que não foram boas opções, mas também há muitas boas opções que foram tomadas no passado e nós não podemos esquecer isso. De facto, procurava no discurso do Bruno Aragão alguma medida concreta para inverter a situação ou algum esforço feito por este Município, no sentido de inverter esta situação e não encontrei. Se calhar, por incapacidade minha porque, eventualmente, não estive verdadeiramente atento. Mas o discurso do Bruno Aragão para mim é um discurso de terra queimada, de dizer que tudo está mal, que sempre avisaram, etc..., etc.... Acho que devemos ter um discurso mais construtivo e é isso que eu vou tentar fazer. Em primeiro lugar, olhei para o Ponto dez, e repare Senhor Presidente que o Ponto dez é um tema que de facto merece alguma reflexão de todos: O Ponto dez - diz: Relatório de Ponderação dos Resultados do Período de Discussão Pública. O resultado do período de discussão pública foi zero (0). Estou de acordo com o Bruno Aragão, quando ele diz que é um relatório muito bem elaborado. É de facto um relatório muito bem elaborado, muito específico, muito conciso, muito concreto. A primeira coisa que eu vi neste relatório (página 4) fala na divulgação do período de discussão pública. Na divulgação do período de discussão pública tem as diversas publicações. No final do período da discussão pública (página 10), diz: “... as faculdades disponibilizadas inerentes ao efetivo exercício do “direito à informação”, não foram, contudo, decorridos os 30 dias ..., oficialmente formuladas pelos particulares, quaisquer reclamações, observações ou sugestões ...”. O que eu acharia é que a Câmara Municipal, embora não tendo a obrigatoriedade de o fazer, promovesse uma discussão alargada quanto a estes aspetos, porque eu acho que é importante que chegue à população estes resultados e estas recomendações, eventualmente toda esta análise que está feita ao nosso Concelho, que de facto é produtiva e necessitava de uma discussão pública mais abrangente. Não estou a dizer que seja uma discussão como se faz ao nível do PDM, mas acho que estas discussões públicas deveriam ser mais abrangentes e promover um debate público participativo chamando as pessoas a concordar. Quanto a estas questões? Todas estas questões são objetivas. De facto há aqui*

algumas reflexões que temos que fazer e temos de fazer uma reflexão, desde logo, prévia: Há um envelhecimento da população, os níveis de natalidade não são iguais. Hoje em dia um casal terá um, dois, e se tiver três filhos já é uma coisa fora do normal. Portanto, desde logo, há um decréscimo da natalidade que, obviamente, tem de se refletir aqui. Mas há aqui dois aspetos que eu queria considerar para reflexão de todos nós: É o facto de, das 19 freguesias, apenas Loureiro, Oliveira de Azeméis e Travanca, registaram um aumento da população residente. Isto é um repto que eu deixo ao Senhor Presidente de Câmara: Nós andamos muito preocupados em atrair os jovens, a criar condições de melhoria e, de facto, estamos muito centralizados em Oliveira de Azeméis quer na aquisição do Parque Urbano, quer na aquisição da Garagem Justino e esquecemos as freguesias. É um esquecimento de todos nós e não é só do executivo. De facto tem de haver uma implantação de medidas concretas, no sentido de atrair pessoas às freguesias do Concelho e isto é uma coisa que todos nós devemos refletir. O Relatório é muito extenso, fala em diversas situações. Na prática nós devemos refletir e o executivo deve olhar para as freguesias também como pontos atrativos. É uma reflexão que todos nós temos de fazer. “Roma e Pavia não se fizeram num dia”, obviamente isto tem o seu curso e tem as medidas a tomar que muitas vezes temos a consciência que são de médio e longo prazo. Uma das chamadas de atenção, o Jorge Melo já falou aqui e não vou estar a repetir. Relativamente àquilo que Jorge Melo diz, eu concordo inteiramente. Há um aspeto que eu queria acrescentar, ele falou no IRS; eu falaria na Derrama: Temos provisionalmente um aumento de Derrama de 1.5 milhões para 1.8 milhões. Na altura que falamos na questão dos impostos um dos aspetos que falamos foi que devia haver um reinvestimento desta receita nas áreas de acolhimento empresarial, nomeadamente na questão das redes viárias, nomeadamente na questão das infraestruturas, etc.... E isto é também um aspeto que o executivo deve começar a ponderar. O aspeto social é importante, a requalificação dos edifícios públicos é importante, a rede viária no Concelho é importante, mas temos de ponderar é aquilo que recebemos de quem e aquilo que damos a quem, estabelecer alguma corresponsabilidade. Ou seja: Se recebemos um milhão e oitocentos mil euros (1.800.000,00€) de Derrama, nós temos que beneficiar as empresas de, pelo menos, parte desse investimento e fazer alguma locação dessa receita ao investimento nestas áreas de acolhimento e dar condições aos empresários, parece que seria importante uma iniciativa deste género. Aconselho toda a gente a ler este Relatório. É um Relatório muito interessante que não fala só sobre o problema da diminuição das pessoas no Concelho mas também fala na questão económica, sobretudo em outras áreas que também era importante ler. Muito obrigado.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores.=====

===== “Situando naquilo que estamos a analisar: É evidente que tivemos um período de discussão pública onde tivemos oportunidade de apresentar um conjunto de contributos, um conjunto de sugestões sobre este documento. Esse foi o momento para o fazermos, nós fizemos toda a divulgação desse período de discussão pública que está prevista e as pessoas entenderam não participar. Entenderam não participar porquê, senhor deputado Fernando Pais? Porque

*efetivamente as pessoas só participariam se discordassem do que lá está escrito e o que lá está escrito é plasmar a situação atual, a situação atual do PDM. As pessoas percebendo a situação atual do PDM, não têm nenhuma participação a fazer e não há aqui uma necessidade de fazer uma ampla discussão pública sobre o estado da arte do documento. Há a necessidade de fazer uma ampla discussão pública sobre a nova revisão do PDM. Isso é que faz todo o sentido. Nós promovermos uma discussão pública para falarmos sobre a incapacidade que tivemos para concretizar aquilo a que nos propunhamos fazer em termos de ordenamento do território, não nos leva a lado nenhum. Nós temos é que preparar o território para o futuro. Portanto, essa discussão alargada que certamente se realizará aqui também em Assembleia Municipal, na altura própria, quando tivermos o documento que vamos sujeitar a aprovação e não, naturalmente, nesta fase. Ouvi com atenção as considerações que foram feitas e começando pelo senhor deputado Jorge Pereira: Temos de definir prioridades, em relação ao que queremos fazer. É evidente que nós podemos falar sobre um conjunto de necessidades que todos nós reconhecemos que são importantes acudir mas é evidente que não existem recursos financeiros nem capacidade para intervir e resolver tudo ao mesmo tempo, temos de definir prioridades. Neste momento, as nossas prioridades são precisamente a criação de condições para os empresários já existentes, ou seja, procurarmos requalificar as zonas industriais já existentes. Isso está-se a fazer em várias dimensões, porque é bom que percebamos que não temos projetos feitos para essas intervenções. Esse projetos têm que ser feitos. Porquê? Porque nós não queremos manter estas situações que temos, por exemplo, aqui na zona industrial de Carregosa onde temos vias com largura irregular sem condução de águas pluviais, com valetas de meio metro de profundidade, sem passeios, com baias de estacionamento. Portanto, isso não é assim que se desenvolve. Não se trata de uma mera operação de colocação de asfalto e regularização de pavimento degradado, mas trata-se de fazer intervenções que permitam a requalificação destas zonas industriais para o futuro. É isso que os nossos empresários querem. Nós temos de tratar bem, em primeiro lugar, os empresários existentes que nos merecem toda a consideração. É evidente que nós temos todas essas receitas que referiu, mas é bom que percebamos que, mesmo com todos esses impostos, não temos capacidade financeira para dar resposta a todas essas necessidades que com alguma facilidade conseguimos elencar e daí vem a necessidade de definirmos prioridades e as prioridades são, obviamente, em primeiro lugar, requalificar e criar condições naquilo que existe. Mas isso não significa que eu possa aceitar a observação que fez: “ ... que não está previsto rigorosamente nada, em termos de novas zonas industriais e que também está previsto muito pouco para a requalificação das existentes ...”. Eu acabei de dizer há pouco que temos previsto quinhentos mil euros (500.000,00€) para a requalificação da Zona Industrial do Nordeste. É uma verba expressiva. Temos previsto cem mil euros (100.000,00€) para o arranque duma primeira fase da Zona Industrial Costa Má / S. Roque. Estamos a fazer investimentos substanciais nos arruamentos da Área de Acolhimento Empresarial Ul / Loureiro e vamos ter de fazer investimentos substanciais na criação de um acesso a essa Área de Acolhimento Empresarial. Estamos também a trabalhar com privados soluções para a criação*

*de novas zonas industriais no nosso Concelho. A A32 no nosso território é uma oportunidade. O facto dela (A32) ter terminado no nosso território é também uma oportunidade para aí instalarmos algumas zonas industriais, essa acessibilidade é fundamental e, portanto, vamos procurar explorá-la e trabalhá-la. É evidente que todos nós desejaríamos que pudéssemos avançar imediatamente com novos espaços industriais. Mas, das duas uma, ou avançamos para aquilo que é a requalificação das zonas industriais que nós temos e que carecem de intervenção, ou então esquecemos essas zonas industriais e avançamos para novos espaços industriais. Nós optamos por esta primeira prioridade e a seu tempo chegaremos à consideração de novos espaços industriais. Em relação à intervenção do deputado Fernando Pais: Olho para si, como olho para todos os deputados, com todo o respeito, mas confesso alguma perplexidade em relação à intervenção que fez relativamente a este documento e à campanha de sensibilização que acabou de referir. Obviamente não esqueço as Freguesias. Não aceito essa crítica. Uma das primeiras medidas que implantamos foi precisamente um reforço das transferências para as Juntas de Freguesia. As Juntas de freguesia são instrumentos importantes de dinamização do nosso território e de reforço da nossa competitividade. Portanto, temos a obrigação de as ajudar a concretizar aquilo que são os seus planos de investimento e por isso é que nós pedimos às Juntas de Freguesia para indicarem aquilo que são as suas prioridades de investimento. Naturalmente, procuraremos, ao longo do tempo, dar acolhimento a parte substancial destas suas intenções mas, para além disso, temos também projetos próprios para investir nas Juntas de Freguesia, temos projetos próprios para dinamizar as Juntas de Freguesia, porque só assim é que faz sentido. Nós queremos um desenvolvimento coeso do nosso território mas, obviamente que percebemos também que muito daquilo que se pode ter em termos da afirmação de um concelho, passa por termos uma Cidade e uma sede de Concelho forte, com bom ambiente urbano, com boa qualidade urbana, com muita vivência, com muita dinâmica. É isso que estamos a procurar fazer. Portanto, mais uma vez tivemos que definir prioridades e nós não tivemos dúvidas nesta definição de prioridades, claramente queremos ter uma cidade forte que referencie um Concelho forte e ao mesmo tempo que criamos condições nessa cidade, temos de criar condições nas Freguesias. Julgo que a generalidade dos presidentes de Junta de Freguesia que aqui estão concordará que, dentro da medida das nossas disponibilidades, tem um quadro de disponibilidade física, mental e financeira para participarmos naquilo que são os seus projetos para as suas freguesias. Temos tido essa disponibilidade. Temos tido essa preocupação. Vamos continuar a ter essa disponibilidade e essa preocupação porque as Juntas de Freguesia são parceiros fundamentais naquilo que é a estratégia municipal, naquilo que é a estratégia de afirmação do nosso território. Portanto, meus caros amigos, obviamente que temos este diagnóstico daquilo que é feito, em relação àquilo que é o ordenamento do nosso território. Temos problemas para resolver. Vamos procurar, em conjunto, encontrar um documento que permita um planeamento efetivo do nosso território melhorando-o, tornando-o mais competitivo, reforçando aquilo que é a notoriedade do nosso Concelho e criando, naturalmente, instrumentos que permitam a melhoria de vida das nossas populações. Muito obrigado.” =====*

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto onze: Proposta de Reconhecimento de Interesse Municipal do Canil Intermunicipal da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria (CIAMTSM), que se localiza na Serra do Pereiro, freguesia de Ossela (I/10914/2019) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando, que: - O canil intermunicipal é um equipamento supraconcelhio que serve de resposta a mais 4 Municípios: Vale de Cambra, Arouca, S. João da Madeira e Santa Maria da Feira, tendo sido nomeado como Centro de Recolha Oficial, inaugurado a 27 de março de 2008; - A nova Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto aprovou medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais e estabeleceu a proibição do abate de animais errantes como forma de controlo da população, privilegiando a esterilização, que contribuem para a modernização dos serviços municipais de veterinária; - O canil intermunicipal existente não tem capacidade para dar resposta à crescente procura, face à constante lotação máxima, e às novas exigências legais estabelecidas pela citada Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, sem proceder à ampliação das suas instalações; - Este equipamento encontra-se localizado em espaço classificado como "Espaços Florestais" na Carta de Ordenamento, a que se sobrepõe a Reserva Ecológica Nacional, de acordo com a Carta de Condicionantes; - O Regulamento do Plano Diretor Municipal, na alínea e) do n.º 2 do artigo 40.º sob a epígrafe "Edificabilidade em Espaços Florestais", excecionalmente, admite, em terrenos que confrontem com caminhos públicos com mínimo de 7,00 metros de perfil transversal, a construção de edifícios reconhecidos como de interesse municipal em Assembleia Municipal; - Compete à Assembleia Municipal deliberar sobre o reconhecimento de interesse municipal nos termos identificados no citado preceito regulamentar. Propõe-se, que: A Câmara Municipal delibere remeter à Assembleia Municipal o pedido de reconhecimento de interesse municipal do Canil Intermunicipal da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria (CIAMTSM), nos termos identificados na alínea e) do n.º 2 do artigo 40.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal e ao abrigo da alínea r) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para os efeitos aí previstos.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== “É reconhecer o canil intermunicipal da Associação de Municípios Terras de Santa Maria como sendo um equipamento de interesse municipal. Isto prende-se com a necessidade de ampliação desta resposta que é claramente insuficiente para as nossas necessidades. Todos nós percebemos isso, pelos animais que circulam na via pública. O Canil está completamente sobrelotado e há a necessidade de o expandir, ele está em espaços florestais e o reconhecimento de interesse municipal deste equipamento permite-nos essa expansão.” =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto doze: Descentralização - Quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais – Diplomas Setoriais: - Domínios de Proteção e Saúde Animal e de Segurança dos Alimentos, Educação, Cultura e Saúde - Para efeitos do art.º 21, do DL n.º 20/2019, art.º 76º, do DL n.º 21/2019, art.º 12º, do DL n.º 22/2019 e art.º 28º, do DL n.º 23/2019;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local. - Nos termos do n.º 1, do seu artigo 4.º, essa transferência efetiva -se através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da Administração direta e indireta do Estado; - Entretanto foram publicados a 30 janeiro do corrente ano, mais quatro diplomas setoriais, que compreendem os seguintes domínios: - DL n.º 20/2019 - de Proteção e Saúde Animal e de Segurança dos Alimentos; - DL N.º 21/2019 - Educação; - DL n.º 22/2019 - Cultura; - DL n.º 23/2019 - Saúde, - De acordo com as suas normas de produção de efeitos, os diplomas nas áreas, de: - Proteção e Saúde Animal e de Segurança dos Alimentos, e - da Cultura, estabelecem o prazo de 60 dias corridos para os Municípios exercerem a não aceitação da transferência, com comunicação à DGAL, **até 01 de abril de 2019**, - Quanto aos diplomas, nos domínios da Educação e Saúde, estão definidas condições e prazos diferentes: - **no caso DL n.º 21/2019 – Educação - até 30 de abril de 2019**, e no caso do **DL n.º 23/2019 - Saúde - Até 60 dias corridos após publicação de um despacho que terá de ser publicado no prazo de 45 dias corridos após entrada em vigor do diploma (art.º 25º, n.º 3).** - Nestes termos, mostra-se adequado, neste momento, a apreciação prévia dos órgãos municipais, designadamente do órgão deliberativo, sobre as potenciais condições de aceitação, ou não, para o exercício em 2019 da transferência de competências nos domínios setoriais atrás mencionados. Assim, - Tendo em linha os considerandos e fundamentos que enformaram a deliberação da assembleia municipal extraordinária do passado de 25 janeiro do corrente ano, sobre o processo de descentralização e quadro de transferência de competências em curso, em que foi deliberado a não aceitação geral para o ano de 2019 do exercício de transferência de competências para o Município de Oliveira de Azeméis, e designadamente no âmbito dos diplomas setoriais publicados e referenciados na deliberação citada, comunicados à DGAL e registados na respetiva plataforma; - Existindo dificuldades de avaliação e de preparação atempada para o exercício responsável de tais competências nos domínios indicados (no caso da Educação - caso não venha a ser aceite a transferência, mantém-se em vigor o contrato interadministrativo de delegação de competências n.º 559/2015, celebrado neste domínio, conforme estatuí o art.º 72º, do diploma setorial – DL n.º 21/2019), justifica-se uma tomada de posição/apreciação quanto às condições de exercício de transferências de tais competências para 2019, nos termos em apreço.

- **Com base nos fundamentos retrocitados, proponho:** - *Que no exercício das competências conferidas à Câmara Municipal, designadamente pela alínea ccc), do nº 1, do art.º 33º, do anexo I, à Lei nº 75/2013, e posteriores alterações e ao abrigo do disposto na alínea a), do nº 2, do art.º 4º, da Lei nº 50/2018, e nas normas transitórias - do art.º 21º, do DL nº 20/2019, art.º 76º, do DL nº 21/2019, art.º 12º, do DL nº 22/2019 e art.º 28º, do DL nº 23/2019; A apreciação e tomada de posição pelo órgão executivo quanto à aceitação, ou não, do exercício destas competências no ano de 2019, nos domínios: - **DL nº 20/2019 - de Proteção e Saúde Animal e de Segurança dos Alimentos;** - **DL Nº 21/2019 - Educação;**- **DL nº 22/2019 - Cultura;** - **DL nº 23/2019 - Saúde.** No caso de não aceitação, posterior envio à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação do órgão deliberativo nesse sentido; - A submissão da proposta ao órgão deliberativo para os fins consignados.”* =====  
 ===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====  
 ===== *“No seguimento do quadro de transferências de competências para as Autarquias Locais, vulgarmente designado processo de descentralização de competências, temos aqui mais quatro diplomas setoriais. Eu queria pedir a vossa autorização para não analisarmos um deles, que é o da Educação porque na reunião de executivo camarário, realizada na passada quinta-feira, vocês já estavam na posse desta ordem de trabalhos e desta informação, entendemos não apreciar e deixar para a próxima Assembleia Municipal, porque há um conjunto de questões que carecem esclarecimentos. Como sabem, nós somos um dos 14 municípios que temos contratualizado com o Governo - Ministério da Educação - um contrato interadministrativo que nos dá competências nesta matéria. Queremos perceber até que ponto existe compatibilização das competências que agora nos estão a ser sugeridas com aquilo que são as competências que já hoje assumimos. Portanto, entendemos aprofundar essa discussão e pedíamos que se pronunciassem sobre os outros três diplomas setoriais que aqui são referidos, Proteção e Saúde Animal e de Segurança dos Alimentos; Cultura; Saúde, e não abordássemos este da Educação. Conforme aconteceu na outra proposta que veio aqui a esta Assembleia nós não queremos condicionar a discussão e o debate que devemos ter sobre esta matéria, continuamos exatamente no mesmo registo que tivemos em relação aos outros diplomas setoriais e mantemos exatamente os mesmos pressupostos. Agora, cabe a vocês decidir o que fazer nesta matéria.”* =====  
 ===== *Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal foi colocada à consideração a retirada do diploma setorial referente à Educação (DL - nº 21/2019), o qual foi aprovado por unanimidade.* =====  
 ===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de Bruno Aragão, Jorge Pereira e Fernando Pais.* =====  
 ===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS.* =====

===== *“Em primeiro lugar, agradecer a sensibilidade dos Senhores Vereadores e o consenso na Vereação para retirarem o ponto da Educação. De facto, é um ponto que nos merece especial atenção porque já herdamos um conjunto de competências, tenhamos ou não concordado com isso no passado. A forma de ver esse processo é diferente e portanto o nosso agradecimento. Relativamente às outras matérias, e sem demérito para elas, não vamos repisar os argumentos que adotamos e que tomamos na última Assembleia Municipal, eles mantêm-se válidos e a nossa posição será a mesma.”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Deputado **Jorge Pereira**, do CDS/PP.* =====

===== *“Relativamente a este ponto, e como o Senhor Presidente da Câmara afirmou, o CDS mantém o mesmo registo. Portanto, enquanto não houver mais esclarecimentos e transparência de como é que estes pontos irão efetivamente ser alocados ao Município, para 2019 mantemos o mesmo registo - somos contra.”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD.* =====

===== *“No alinhamento dos outros Grupos Municipais nós também não vamos rebater os argumentos que já esgrimimos aquando da anterior discussão sobre esta matéria. Estávamos preparados para discutir o diploma setorial da Educação, mas foi retirado. Portanto, tudo o que já dissemos mantemos.”* =====

===== *A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto doze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade a não aceitação da transferência de competências para o ano de 2019 no domínio da Proteção e Saúde Animal, Cultura e Saúde, com a exceção da Educação que foi retirado para melhor análise.”* =====

===== ***PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)*** ==

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Ana Almeida e Alcides Queirós, residentes na Freguesia de Carregosa.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à cidadã **Ana Almeida**.* =====

===== *Sintam-se todos cumprimentados na pessoa da Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e sejam bem-vindos a Carregosa. Queria deixar aqui patentes duas situações: Parque Urbano: - nós em Carregosa também queremos fazer um Parque Verde. E já há projeto mas ficou na gaveta. Habitação Social: - aqui em Carregosa também já há um projeto (Habitação Social de Teamonde) que também ficou na gaveta. O que me traz aqui, tenho vindo a adiar esta questão pois queria acreditar que mais tarde ou mais cedo seria resolvido, é o Orçamento Participativo da Educação Oliveira de Azeméis 2017. Acreditem - e eu acredito - que existem outros assuntos muito mais graves a serem tratados, mas pela legitimidade que este assunto tem, merece ser questionado aqui hoje. Em maio de 2017 foram apurados 5 projetos vencedores, um por cada agrupamento de escolas. Projetos estes que se candidataram ao Orçamento Participativo Educação Oliveira de Azeméis 2017, o qual foi aprovado por*

unanimidade em Assembleia Municipal a 28/11/2016. Por unanimidade - concluo que todos concordaram, inclusive, segundo a ata, ninguém se manifestou. Pelo que, deduzo que não existe aqui a questão de que o OPE (Orçamento Participativo Educação) é um erro do passado. Se foi votado e aprovado e entregue um equipamento informático com sistema de rotatividade, projetores portáteis e écrans de parede pelo valor aprovado e nos moldes em que foi votado, por que razão não foram feitos os outros três projetos: Buffet na Escola de Loureiro; Equipamentos Sanitários na Escola de Fonte Joana; Coberto para EBI de Azagães? De uma forma direta, simples e clara, para que todos entendam, peço que nos elucide o porquê de, até à data de hoje, ainda não terem cumprido com o proposto, votado pelos Oliveirenses. As propostas foram aprovadas por todos no passado. Mas está a transformar-se num erro no presente. Um erro de um não cumprimento que assumiram. Um erro de discriminação social, pois uns votaram e tiveram e outros não. Quando entregaram os tablets e os écrans, entregaram mais do que o que foi pedido? Estão a desapropriar os Oliveirenses da sua opinião, da sua vontade e do seu interesse público. Qual a razão de dizerem que a obra ficará mais cara do que o que foi proposto? Onde está o novo orçamento e plano de obra que fundamenta que o que foi pedido fica mais caro? Porque é que fica mais caro, diga-nos? A obra do coberto de Azagães que foi proposto, votado e aprovado, neste momento, continua a ficar pelo mesmo valor proposto - menos de cinco mil euros (5.000.00,00€). Vão fazer mais e melhor? Pode ser assim ou não e até agradecemos se assim for. Mas isso não é o projeto que foi apresentado, votado e aprovado. Por isso, não podem alegar que não foi feito porque é mais caro ou vão fazer melhor. Quais foram os sobressaltos que encontraram nesta situação? Quando é que será finalmente cumprido o Orçamento Participativo da Educação de Oliveira de Azeméis de 2017? Obrigada.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao cidadão **Alcides Queirós**. =====

===== “Considerem-se cumprimentados na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia Municipal - Dr.<sup>a</sup> Helena Santos. Queria esclarecer que, de facto, a minha singela intervenção prende-se de um carácter apenas construtivo e preventivo. A minha intervenção tem o objetivo de ajudar a Dr.<sup>a</sup> Helena Moreira - Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa. Depois de ter tomado conhecimento da requalificação da Estrada N227, para nós Rua 13 de Julho, e ter acesso ao projeto, que muito me apraz louvar pela medida tomada uma vez que era uma zona de muitos acidentes graves, e saber as carências e as dificuldades que traz para a freguesia, mais concretamente para a Zona Industrial e lugar da Fontanheira. O lugar da Fontanheira é detentor de mais de 80% da zona industrial da Freguesia de Carregosa. O que vai ser feito cria a situação de tornar mais distante o lugar da Fontanheira do Centro da Freguesia. Os habitantes da Fontanheira, para irem ao Centro da Vila percorrem dois quilómetros e agora percorrem quase três. Segundo as regras das Estradas de Portugal vão-nos obrigar a ir à freguesia vizinha, ou seja, o Lugar da Fontanheira tem duas entradas, a Avenida Ferreira de Castro e a Avenida da Fontanheira e vamos ser obrigados a ir à Rotunda da A32 que - gostava de pedir ao Senhor Presidente para definir a situação -, é meeira, pertence a Pindelo ou pertence a Carregosa? Por

isso, nós vamos ficar mais distantes do Centro da Vila e essa distância não vai ajudar o lugar da Fontanheira que fica na margem do rio, aproveito - do Rio Antuã, e digo Antuã para chamar à atenção do bater de tecla da minha presidente - Helena Moreira que disse Rio Ínsua. Também pedia a sua intervenção, Senhor Presidente, para fazer aqui uma sessão de esclarecimento deste imbróglio e saber se é Antuã ou Ínsua. Para mim, ser um ou outro está muito bem, o importante é definirmos de uma vez por todas essa situação. Venho fazer este pedido em ajuda à senhora Presidente da Junta de Freguesia - Helena Moreira: A Rua da Fontanheira, tem uma bifurcação para o Caminho do Morgado; Essa rua tem 1100 metros e metade está asfaltada, tem um número de fogos significativo, o resto tem uma dimensão bastante boa; faz margem com o Rio Ínsua/Antuã. Mas com esta situação a curto prazo terá, espero a boa vontade da sua parte, senhor Presidente, uma necessidade agravada que é o de asfaltar a rua e ligar-nos ao Centro da Freguesia. Estamos há 40 anos à espera. A rua tem dimensões adequadas. Há ali um pormenor que é uma passagem agrícola que é apenas uma laje de pedra que está sobre o rio. Isso será uma medida e uma alternativa para este grande problema dos habitantes da Fontanheira. É uma necessidade muito grande a resolução deste acesso. Muito obrigado.” =====  
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====  
 ===== “Relativamente à intervenção da munícipe Ana Almeida: Efetivamente, essas três candidaturas não foram cumpridas porque houve a necessidade de as agrupar num conjunto de candidaturas mais vastas e de investimento um pouco acima dos trezentos mil euros (300.000,00€) que será feito muito brevemente, uma ou duas semanas, onde está precisamente essa cobertura de Azagães. A cobertura tinha três mil oitocentos e dez euros (3.810,00€) mais IVA aprovados ao abrigo do Orçamento Participativo. Vão ser gastos perto de oito mil euros (8.000,00€) mais IVA numa solução que nós consideramos mais adequada do que aquela que estava preconizada. Isto é o que se passa também nas outras duas candidaturas, quer na candidatura do Buffet de Loureiro, quer nesta candidatura do WC da Fonte Joana. Só estava previsto a intervenção no WC masculino e não faz sentido fazer uma intervenção no WC masculino quando o WC feminino está exatamente nas mesmas circunstâncias. Portanto, a intervenção que vamos fazer é para os dois sanitários e vamos ter aí também a duplicação do investimento em relação àquilo que estava previsto no Orçamento participativo. Deixar só uma nota em relação àquilo que são as nossas intenções de investimento nas escolas que são da nossa responsabilidade: O que estivemos a fazer, e foi por isso que aquele processo se atrasou, foi a trabalhar um conjunto de projetos, quase uma dezena de escolas, que queremos ter prontos para, eventualmente, termos a possibilidade de recorrer a fundos comunitários e obter um investimento sem paralelo nas escolas da nossa responsabilidade. Se conseguirmos fazê-lo investimos num ano mais do que aquilo que investimos nos últimos quatro ou cinco anos nas escolas da nossa responsabilidade. As nossas equipas de projetos estiveram todas comprometidas com essa prioridade. Foi uma prioridade que, reconhecemos, se suplantou a essas prioridades que vinham do Orçamento Participativo e também às outras prioridades que

habitualmente decorrem daquilo que são os investimentos anuais da autarquia nas escolas da sua responsabilidade. Portanto, houve a necessidade de ter todos esses projetos em boa fase de desenvolvimento e agora estão praticamente numa fase de conclusão integral para que tenhamos a possibilidade de, num Aviso que vai abrir, incluir todas essas candidaturas e ver essas candidaturas dessas escolas todas contempladas. Foi esse o trabalho que foi feito. Foi esse o trabalho que justificou esta morosidade na concretização destas três intenções que resultaram da participação destes agrupamentos de escolas no Orçamento Participativo. Em relação à intervenção do Senhor Alcides Queirós: Aquilo que está a ser trabalhado com as Estradas de Portugal (Ministério das Infraestruturas e Planeamento) é a construção desta rotunda junto das bombas de gasolina. Porquê? Porque a proposta não foi apenas a construção dessa rotunda. A proposta incluía a construção de uma rotunda na Fontanheira só que foi imediatamente recusada. O que foi dito foi que a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária não aceitava essa solução. Essa solução não reúne as condições de segurança, na opinião deles. Aquilo que eles aceitam e foi isso que ficou eventualmente decidido - (espero que as coisas se materializem e sejam concretizadas), é fazer uma ligação entre a rotunda da A32 e essa rotunda nova a criar. O desejável seria isso. É evidente que nós percebemos que as pessoas são obrigadas a percorrer um percurso maior. É um facto. Mas isso é bem menos importante do que a questão da segurança das pessoas. Ali tem havido alguns acidentes. E quando estamos a falar de trânsito pesado a atravessar vias de grande movimento como é a N227, as condições de segurança são drasticamente reduzidas. A criação desta obrigatoriedade do trânsito que sai ou entra na zona industrial de Carregosa ter de o fazer através das rotundas e fazendo na faixa correta, julgo que melhorará substancialmente as condições de segurança nessa via mas prejudicará os munícipes que terão de fazer um percurso maior. Relativamente às questões que colocou da bifurcação entre a Rua da Fontanheira e o caminho do Morgado, eu não conheço. Não conheço esse asfaltamento de metade da via. Não conheço aquilo que é necessário investir para fazer essa ligação ao Centro da Freguesia. Mas estou disponível, com a Senhora Presidente da Junta, para me deslocar ao local e avaliar aquilo que é possível fazer, bem como em relação a essa passagem, que pelos vistos é importante para a população da Fontanheira, essa pequena ponte e percebermos a exequibilidade de procedermos à sua implementação. Não vou entrar em discussão sobre o Rio Ínsua / Antuã. É evidente que é uma questão que importa ver esclarecida. Portanto, esse desafio que foi lançado de nós internamente procurarmos dar resposta é evidente que estamos disponíveis para o fazer. Mesmo entre os próprios historiadores existe um conjunto de questões que se levantam em relação aos nomes dos rios. As próprias Infraestruturas de Portugal frequentemente colocam designações erradas nas pontes sobre esses rios. Essa é uma questão que importa esclarecer de uma vez por todas. “=====

===== Antes de terminar, a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====

===== *Para terminar a Sessão a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** disse: =*  
===== *“Querida aqui dar uma informação que não dei de início. As músicas que ouvimos na entrada e que vão encerrar os trabalhos são da autoria da Banda de Carregosa, a quem endereço os meus agradecimentos pelos trechos musicais que nos enviaram.”*=====  
===== *E não havendo outros assuntos a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a Sessão, eram 13 horas e 35 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos da Mesa.=*